

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

**DITADURA DOCUMENTADA: AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS MILITARES E A
POSIÇÃO DO DCE UFSM**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Olga Luísa Herbertz

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**DITADURA DOCUMENTADA: AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS MILITARES E A
POSIÇÃO DO DCE UFSM**

Olga Luísa Herbertz

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção de grau de **Bacharel em Arquivologia**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Gláucia Vieira Ramos Konrad

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de
Conclusão de Curso**

**DITADURA DOCUMENTADA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS
GOVERNOS MILITARES E A POSIÇÃO DO DCE UFSM**

elaborado por
Olga Luísa Herbertz

como requisito parcial para obtenção de grau de
Bacharel em Arquivologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Gláucia Viera Ramos Konrad, Dr^a
(Presidente/Orientadora)

Gilvan Odival Veiga Dockhorn, Dr. (UFSM)

Fernanda Kieling Pedrazzi, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 30 de junho de 2015.

Para minha irmã Emily.
Que sua geração conheça a verdadeira história do nosso país.

Agradecimentos

Depois de 4 anos de faculdade se fazem necessário alguns agradecimentos.

Primeiramente a minha família. A minha mãe, Márcia, por me mostrar que podemos construir um mundo diferente. A minha avó Malene e ao meu avô Nilo, por todo apoio e carinho, e também por me ensinarem a não perder a bondade, mesmo que o mundo nos diga o contrário. A minha tia Adelaide, por acreditar em mim, me apoiar, e me ouvir quando precisei. E por fim minha irmã, Emily, a quem também dedico este trabalho, por todos os abraços e por todo o carinho.

Então aos meus amigos e amigas. Os de Santa Maria: Janaína, Rafael, Carla, Tatiana, Letícia, Lui, Vitor, André, Lisieli, Êmili, Geisi, Tamy e o Rosemberg (que é baiano, mas santamariense de coração). Agradeço por esses anos de convivência, por todas as risadas e lágrimas que compartilhamos, e por sempre poder contar com vocês. As eternas amigas que a infância e a adolescência me trouxeram e que mesmo de longe não deixam de dar apoio: Kelly, Ana Laura e Laís.

A minha orientadora Glaucia, por todas as conversas, desabafos e ajuda durante todo o curso. E por fim, a todos e todas que de alguma forma me apoiaram desde 2011.

Obrigada!

Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.

Vladimir Herzog

Fiquei com pena de todos eles, Suzana. Dos que mentem, dos que invejam, dos empertigados, dos ambiciosos, dos que fazem do amor um remédio, um passatempo, um negócio, um paliativo. E percebi quão poucos entre nós chegaram ao sentido final do combate que travamos. Eles não compreendem, Suzana, que nós somos um momento na luta que o Homem vem enfrentando através da História, cada vez mais conscientemente, pela felicidade. Não entendem que nós buscamos, em última análise, as condições ideais para o amor. Tanto no plano coletivo, como no individual.

Luiz Eurico Tereja Lisboa em carta para Suzana Lisboa
5 de julho de 1968

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Arquivologia
Universidade Federal de Santa Maria

DITADURA DOCUMENTADA: O APOIO DOS ESTUDANTES DA UFSM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS MILITARES

AUTORA: OLGA LUÍSA HERBERTZ
ORIENTADORA: GLÁUCIA VIERA RAMOS KONRAD
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de junho de 2015

O movimento estudantil sempre teve atuação destacada na cidade de Santa Maria, especialmente através de entidades como a União Santamariense de Estudantes (USE) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM. Assim, este trabalho se propõe a analisar a atuação do DCE durante um dos períodos mais conturbados da história brasileira: a Ditadura Civil Militar. O modelo de educação superior aplicado no Brasil hoje advém deste período, quando buscou-se realizar a Reforma Universitária, como forma de perpetuar as políticas e os modelos aplicados na nação naquele momento. Parte da sociedade brasileira apoiou não só o golpe, como também a criação e aplicação destas políticas, fato que hoje parece ser omitido em grande parte das pesquisas relacionadas ao tema. O trabalho que se segue buscou analisar o apoio de parte importante da sociedade civil organizada às essas políticas educacionais, a juventude santa-mariense organizada em torno do DCE. Tais políticas basearam-se em organizar a universidade na forma de uma empresa, com o objetivo de garantir a produtividade. Para além disso, suas políticas foram responsáveis pela produção tecnocrata que pode ser observada hoje no Brasil. Percebendo o arquivista como um profissional fundamental na construção de uma sociedade mais justa e uma universidade socialmente referenciada, este trabalho busca retomar parte dessa história, que resultou na universidade de hoje, e essa retomada e análise do período tornam-se fundamentais na transformação da realidade.

Palavras chave: Ditadura Civil Militar. DCE. Arquivo.

RESUMEN

Tesis Final del Curso
Curso de Archivología
Universidad Federal de Santa Maria

DICTADURA DOCUMENTADOS: EL APOYO DE ESTUDIANTES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS UFSM DEL MILITAR GOBIERNOS

AUTORA: OLGA LUÍSA HERBERTZ

ORIENTACIÓN: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Fecha y lugar de la Defensa: Santa Maria, 30 de junio de 2015

El movimiento estudiantil siempre ha tenido una destacada actuación en la ciudad de Santa María, en especial a través de entidad como la Unión Santamariense Estudiantes (USO) y el Directorio central de Estudiantes (DCE) de UFSM. Este trabajo tiene como objetivo analizar el rendimiento de la EDC durante uno de los periodos más turbulentos en la historia de Brasil: la Dictadura Militar Civil. El modelo de educación superior aplicada en el Brasil de hoy viene de este período, cuando tratamos de llevar a cabo la reforma de la universidad como una manera de perpetuar las políticas y los modelos aplicados en el país en ese momento. Parte de la sociedad brasileña no sólo apoyó el golpe de Estado, así como la creación y aplicación de estas políticas, un hecho que hoy en día parece estar perdido en gran parte de la investigación relacionada con el tema. El trabajo que sigue trata de analizar la parte importante de apoyo de la sociedad civil organizada a estas políticas educativas, los jóvenes santa-Mariense organizada alrededor de la DCE. Estas políticas se basan en la organización de la universidad en la forma de una empresa, con el fin de garantizar la productividad. Por otra parte, las políticas tías eran responsables de tecniscista producción que se puede observar en el Brasil de hoy. Al darse cuenta el archivero como profesional clave en la construcción de una sociedad más justa y una universidad socialmente relevante, este trabajo busca reconstruir parte de esa historia, lo que resultó en la universidad de hoy, y que la reconstrucción y el análisis del período se convierten en cruciales para transformar la realidad .

Palabras clave: Dictadura Militar Civil. DCE. Archivo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 Lançamento da pedra fundamental da Universidade de Santa Maria, 1960.....	33
Foto 2 Leal de Moraes: não há excedentes na faculdade de medicina da UFSM.....	49
Foto 3 Velório do estudante Edson Luís	60
Foto 4 Diálogo do ministro com os estudantes	66
Foto 5 Os nossos universitários estarão participando do Projeto Rondon	70

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Regimento eleitoral do DCE UFSM de 1966.....	77
Anexo B – Secretaria de Imprensa do DCE UFSM, gestão 1971/72.....	83
Anexo C – IV Seminário Gaúcho de Reforma Universitária, Diretório Estadual do Estudantes, 1971.....	86
Anexo D – Estudantes instalam hoje congresso em Passo Fundo, Jornal Correio do Povo, 18 de julho de 1968.....	89
Anexo E – DCE e o Projeto Rondon, Jornal A Razão, 28 de abril de 1968.....	91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Tema	14
1.2 Problema	14
1.3 Objetivos.....	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
1.4 Justificativa	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Arquivos permanentes	17
2.2 Arquivos universitários.....	25
3 METODOLOGIA.....	31
4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	33
4.1 A Universidade Federal de Santa Maria	33
4.2 Mobilização política na cidade	34
4.2.1 Organização Estudantil.....	36
5. POLÍTICAS EDUCACIONAIS	47
5.1 Situação das universidades brasileiras em 1964	47
5.2 As políticas educacionais da Ditadura	50
5.2.1 Reforma Universitária e o Acordo MEC-Usaid	53
5.2.2 Projeto Rondon.....	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
7 REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Em 1º de abril de 1964 deu-se início a um triste capítulo da história brasileira, que se estenderia por 21 anos. O presidente João Goulart deixa o Brasil em direção ao exílio uruguaio ainda no mesmo mês. Consolida-se o golpe e os militares tem o poder. O contexto que levou a esta situação é amplo, desde conspirações e financiamento de campanha “anti-comunista” norte-americanos, até apoio da sociedade civil organizada, através de instituições como a Igreja Católica.

Este trabalho utilizar-se-á do termo *Ditadura Civil Militar*, considerando fundamental a reflexão sobre o apoio da sociedade civil organizada na manutenção da Ditadura de Segurança Nacional. 50 anos após o golpe a importância de pesquisa dada ao apoio civil ainda é restrita. Embora a Comissão Nacional da Verdade tenha abordado em seus relatórios finais o apoio civil, especialmente de grandes empresas, o tema ainda é abordado de maneira superficial, não sendo dispensada a atenção necessária. Sem este apoio o Golpe de 1964 dificilmente teria se concretizado e se estendido por mais de 20 anos. O objetivo é explorar o apoio civil, especialmente no que concerne a juventude no Rio Grande do Sul, utilizando-se do caso do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), inicialmente denominado Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Maria (FEUSM), e sua postura frente as políticas educacionais implementadas no período de 1964 a 1985, e que regem o ensino superior até os dias atuais.

O período que antecedeu 1964 foi marcado por intensos debates sobre as chamadas Reformas de Base. Era necessário que o país passasse por profundas transformações, a disputa formava-se em torno do modelo das mesmas. Atuando sob forte pressão o presidente Jango compromete-se com as reformas propostas pelos movimentos sociais, contando com o apoio de históricas lideranças, como seu cunhado e governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

No movimento estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade de grande importância e representação nacional naquele momento, reivindicava a Reforma Universitária. Discutia-se um novo modelo de educação, uma vez que as universidades e faculdades brasileiras estavam formadas sobre estruturas arcaicas e que impediam o aumento da produção acadêmica, bem como pesquisas que visassem a inovação tecnológica. A direção da UNE era ligada a Ação Popular (AP), grupo da Igreja Católica com tendências progressistas e referenciado na esquerda.

Seria, entretanto, ingenuidade pensar que os simpatizantes da ideologia de direita – grandes empresários, multinacionais e até mesmo países estrangeiros de tendência imperialista; ficariam observando impassíveis as melhorias sociais e reformas aplicadas no Brasil, país considerado estratégico na política da América Latina.

A doutrina adotada para justificar a ideologia do golpe foi a “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (DSN). Considerando o contexto da Guerra Fria, segundo essa teoria o comunismo se infiltraria em países subdesenvolvidos através de uma “guerra psicológica”, criando a figura do “inimigo interno”. A ameaça, portanto, não era de agressão externa, mas sim de subversão interna, e ela seria combatida em todos os campos de alcance da ditadura civil militar.

Assim a educação torna-se um campo estratégico para as forças que tomaram o governo, a partir da pauta da reforma universitária, alinharam as universidades brasileiras ao modelo produtivista e tecnicista norte-americano, minimizando a possibilidade de auto organização das categorias universitárias – docentes, discentes e técnicos-administrativos, bem como evitando sua participação nos espaços de decisão e colegiados, diminuindo a democracia universitária, elitizando os espaços a partir da privatização, entre outras propostas presentes na reforma proposta pelos setores de direita e apoiadores do golpe.

Hoje a Universidade Federal de Santa Maria passa por um momento de retomada e discussão acerca da sua história com a instituição da Comissão da Verdade universitária. Tal fato é fundamental para a superação de traumas coletivos causados pela repressão, para tanto é necessário explorar os arquivos institucionais bem como todos aqueles que possam ter documentos relacionados ao período dentro da universidade. Esta pesquisa dedica-se especialmente ao Arquivo do DCE UFSM, que vem sofrendo os efeitos do tempo e da falta de políticas efetivas de preservação apesar das tentativas de organização por parte de estudantes (em especial do Curso de Arquivologia). No acervo foram encontrados poucos documentos relativos ao período da Ditadura Civil Militar, no entanto os mesmos permitem uma análise dos rumos tomados pelo movimento estudantil da UFSM nos anos 1960 e 1970.

Para compreender de maneira satisfatória o contexto em que se inserem tais documentos, esta pesquisa apresenta um capítulo de referencial teórico, onde trata de arquivos permanentes e universitários. Fazendo uma retomada histórica da evolução das teorias arquivísticas que resultam nas práticas de preservação e tratamento de documentos permanentes, o trabalho pretende aprofundar a compreensão acerca da importância destes

acervos para a construção da memória e da história. Para além disso pretende-se discutir a função social desses espaços na construção da identidade da sociedade local, e da importância do trabalho arquivístico na construção e preservação desta identidade, levando em consideração que este profissional tem por função, dentre outras, a seleção dos documentos a serem preservados. Ou seja, cabe ao arquivista decidir aquilo que será ou não lembrado pelas futuras gerações através dos arquivos.

1.1 Tema

O apoio civil a ditadura civil militar, através do estudo de caso do DCE UFSM.

1.2 Problema

A ditadura civil militar tentou manter aspectos de legalidade, cooptando diferentes órgãos de representação. Existia, por parte das lideranças ditatoriais, receio de que este foco revolucionário poderia colocar em xeque toda estrutura montada para a sustentação da Ditadura Civil Militar. Leis que interferiram na autonomia da organização estudantil foram editadas durante todo o período, além de projetos e programas que visavam a reforma universitária e a cooptação de potenciais lideranças universitárias, de modo que não se aproximassem de movimentos de esquerda, como é o caso do Projeto Rondon. Na Universidade Federal de Santa Maria estas políticas foram particularmente bem sucedidas. Além de contar com o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), a UFSM foi uma das universidades precursoras do Projeto Rondon, sendo a primeira a instalar uma unidade de educação avançada. Esta pesquisa busca apresentar comprovações documentais de que o apoio estudantil em Santa Maria às políticas da Ditadura Civil Militar foi imprescindível para o sucesso das mesmas.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Comprovar, a partir de fontes documentais, que o DCE UFSM, e a comunidade estudantil em geral, apoiou a Ditadura Civil Militar.

1.3.2 Objetivos específicos

- Apresentar os conceitos de “arquivos permanentes” e “arquivos universitários”, bem como sua importância no contexto de reconstrução da memória da Ditadura Civil Militar brasileira;

- Contextualizar a Ditadura Civil Militar no Brasil, com ênfase no estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Santa Maria;

- Analisar as políticas educacionais aplicadas ao ensino superior brasileiro no período de 1964 a 1985, a partir do caso da Universidade Federal de Santa Maria;

- Analisar o apoio civil à Ditadura, especialmente no que se refere ao Diretório Central dos Estudantes da UFSM.

1.4 Justificativa

No Brasil ainda se convive com as políticas, e também as sequelas, da Ditadura Civil Militar, sendo necessário investir esforços para esclarecer fatos desse período, para que se possa vivenciar a Democracia de fato. E se é função do Arquivista garantir o acesso à informação, é função também participar desse resgate à memória e busca pela verdade e justiça. Sendo assim, este trabalho se justifica por reconstruir, a partir de fontes documentais do DCE UFSM, parte da história recente da cidade de Santa Maria, da UFSM e do movimento estudantil local.

Neste ano a UFSM lançou sua Comissão da Verdade, com o objetivo de apurar violações cometidas na instituição durante a Ditadura Civil Militar. Para além disso, se realiza neste ano a revisão do estatuto, a chamada Estatuinte universitária. A última assembleia estatuinte foi convocada em 1985, ainda no contexto da abertura política e logo após a Reforma Universitária realizada pelos governos militares. É preciso observar que ainda temos na UFSM a mesma

estrutura aplicada no contexto da repressão política, além do modelo educacional tecnicista e produtivista.

Entendendo a Estatuinte como uma oportunidade única na história da universidade para que aconteçam mudanças no sentido de tornar o espaço universitário mais plural, popular e de qualidade, conhecer a história e o contexto que levaram à situação atual é de suma importância. Nesse sentido este trabalho se dispõem a contribuir na construção da história da entidade e no fortalecimento da educação e da democracia dentro da Universidade Federal de Santa Maria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Arquivos permanentes

Os documentos surgem da necessidade da garantia de direitos, a curto e longo prazo. Durante muito tempo essa garantia foi restringida à determinados grupos sociais. O termo latino *documentum*, deriva de *docere*, ou seja, ensinar, no entanto evoluiu para a o significado de “prova” e é amplamente utilizado no vocabulário legislativo.¹

Com o passar do tempo a garantia de direitos foi sendo ampliada, abrangendo uma parcela cada vez mais significativa da sociedade. Marca deste processo é a *Déclaration des drets de l’homme et du citoyen*², em 1789, durante a Revolução Francesa. “Trata-se, em suma, da passagem de súdito, titular de deveres, a cidadão, titular de direitos; de povo como sujeito do governo fundamentado em legitimações externas (força, herança, Deus) a povo como fundamento do próprio governo.”³ Desta forma a importância dos arquivos e conjuntos documentais se aprofunda também, uma vez que este espaço será destinado as garantias dos direitos do cidadão. Belloto destaca que no arquivo estão documentados os direitos e deveres do Estado para com seus cidadãos, e vice-versa, e que estes serão “dados” até que a pesquisa os atinja, transformando em informações, que poderão demonstrar, ao final, como se deram e se dão as relações Estado-Sociedade, propiciando a análise crítica da situação⁴.

Entende-se então o espaço do arquivo como fundamental na garantia dos Direitos Humanos, seja por seu valor jurídico, seja por seu valor histórico e de memória. Assim definimos arquivo como:

Em geral, instituições receptoras de *fundos documentais*, que recebem e guardam documentos provenientes de uma mesma origem (por exemplo, a administração pública, as instituições privadas ou os indivíduos). Esses documentos, produzidos ou acumulados por tais entidades no transcurso das atividades ou funções, guardam uma relação “orgânica” entre si.”⁵

Para Ophir⁶ o arquivo é “este conjunto indefinido de vestígios que a História deixou atrás de si; ele inclui tudo o que revela o passado, tudo o que lhe é relativo, tudo o que pode

¹ LE GOFF, 2003, p. 526

² Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

³ FACCHI, 2011, p. 56

⁴ BELLOTO, 2006, p. 25

⁵ CASTRO, 2008, p. 26

⁶ 2011, p. 77

evocar um fato antigo”. O arquivo é o local onde as ciências da linguagem se dirigem para compreender o seu tema, o local onde estão todas as representações do mundo, não unicamente as linguísticas.⁷

A razão de ser do arquivo é que tudo nele pertence simultaneamente ao presente (como traço presente e como traço que se apresenta) e ao passado (como traço de uma coisa passada). Por esta razão, o Arquivo não pode ser reduzido à realidade de fatos antigos: ele contém tudo o que foi salvo do esquecimento, portanto, bem menos que o que foi esta totalização destotalizada (unicamente seus vestígios), e bem mais o que é agora.⁸

Se entendemos o arquivo como fundamental na garantia de direitos humanos, é preciso também entender como se dá o espaço do arquivo, sua organização e suas técnicas, pois apenas assim será possível utilizar sua documentação dentro de todas as possibilidades de pesquisa e construção de conhecimento. Se o arquivo é a instituição receptora dos fundos, como afirmou Castro, é preciso também conceituar “fundo documental”. Belloto nos trás uma definição de fundo documental “Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas”⁹.

Destaca-se as relações orgânicas que se dão entre os documentos de um mesmo fundo. Um documento somente terá sentido se estiver relacionado ao meio que o produziu, sua infraestrutura e a função de sua criação. Esta contextualização é fundamental para a devida organização dos arquivos permanentes, refletindo as atividades meio e fim da entidade produtora.

Segundo Belloto para identificar um órgão cujos documentos podem constituir um fundo é preciso analisar a existência de algumas características: “possuir nome, ter sua existência jurídica resultante de lei, decreto, resolução etc.; ter atribuições precisas, também estabelecidas por lei; ter subordinação conhecida firmada por lei.” Além de ter um chefe com poder decisório e uma organização fixa interna.

O conceito de fundo de arquivo está diretamente ligado ao Princípio da Proveniência, que nada mais é do que a representação da infraestrutura e das funções de criação do documento. O respeito a este princípio, na organização e tratamento de arquivos, qualquer que seja sua

⁷ OPHIR, 2011, p. 80

⁸ OPHIR, 2011, p. 79

⁹ BELLOTO, 2006, p. 128

origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base em arquivística: o fundo de arquivo.¹⁰

O fator norteador da constituição do fundo é o princípio da proveniência: a origem do documento em um dado órgão gerador e o que ele representa, no momento de sua criação, como instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função, que cabe ao referido órgão gerador no contexto administrativo no qual atua, ou que provará o cumprimento dessa atividade.¹¹

O *respect des fonds* (ou princípio da proveniência), que diz respeito a agrupar documentos provenientes de uma mesma administração, estabelecimento, instituição, pessoa física ou jurídica, de modo a garantir a organicidade daquele conjunto documental. Segundo Belloto¹² “o princípio do *respect des fonds*, surgido na França em 1841, representava significativamente a nova tendência na organização arquivística, baseada nas estruturas hierárquicas e orgânicas da administração pública” e a sua rápida adoção por arquivos europeus e americanos demonstrou que o princípio era claramente aplicável e lógico. Rosseau e Couture nos trazem que o *respect des fonds* foi publicado pela primeira vez em uma circular emitida pelo ministro da tutela francês T. Duchétel em 24 de abril de 1841, fruto de um trabalho elaborado pelo historiador Natalis de Wailly, sendo este o responsável pela primeira máxima do Princípio da Proveniência: “cada um dos fundos de arquivo é diferente dos seus semelhantes”¹³

Em 1898 os arquivistas holandeses S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin afirmam que um sistema de arquivos deve basear-se na organização de fundo, correspondendo à organização da administração de onde é proveniente. A partir de então arquivista de várias nacionalidades passaram a utilizar-se deste método: ingleses, italianos, espanhóis e posteriormente americanos e canadenses, mostrando sua aplicabilidade na arquivística.¹⁴

Outra importante norma que permeia a Arquivologia é a “Teoria das Três Idades”, ou Ciclo de vida dos Documentos, que vem acompanhada da noção de valor documental (primário ou secundário). Neste estudo o enfoque será dado ao chamado valor secundário, ou terceira idade, aqueles documentos que por motivos de prova ou pesquisa histórica não serão

¹⁰ ROSSEAU, CULTURE, 1998, p. 80

¹¹ BELLOTO, 2006, p. 28

¹² 1989, p. 22

¹³ ROSSEAU, COUTURE, 1998, p. 80

¹⁴ ROSSEAU, COUTURE, 1998, p. 80

eliminados. No entanto considera-se importante definir a noção de todas as idades e valores, para que possamos buscar um entendimento maior da disciplina arquivística.

Na primeira idade os arquivos são considerados correntes. Nesta fase devem ser mantidos próximo ao produtor, pois tem valor jurídico e administrativo imediato. “Sem serem necessariamente utilizados todos os dias, os documentos activos têm a sua principal característica no facto de serem essenciais ao funcionamento quotidiano.”¹⁵

Os arquivo intermediário é o responsável pelos documentos da segunda idade, aqueles que já perderam parte de seu valor administrativo, mas ainda podem ser regularmente utilizados pela administração. Segundo Rosseau e Couture¹⁶, estes “devem ser conservados por razões administrativas, legais ou financeiras, mas não têm de ser utilizados para assegurar as atividades quotidianas de uma administração.”

Nas duas primeiras idades o documento é assim definido por seu valor primário, ou seja, a razão de ser do mesmo. Rosseau e Couture¹⁷ nos trazem que o valor primário define-se sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores, ou seja, as razões pelas quais o documento foi criado. Ao final do período intermediário os documentos devem ser devidamente avaliados, antes de serem encaminhados os arquivo permanente, de forma que a eliminação daqueles documentos desprovidos de valor secundário já tenha ocorrido e facilite o processo de arranjo e descrição. Para Marc Bloch¹⁸, os documentos não aparecem pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. “A sua presença ou sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela transmissão.”¹⁹

Os procedimentos arquivísticos de seleção (ou avaliação) documental, ou seja, a eliminação de alguns documentos para a guarda permanente de outros, são uma necessidade prática. Tal descarte, essencial para a preservação documental, pode ser justificado tanto pelo critério econômico – redução dos gastos com armazenamento e conservação da massa documental – como pela constatação da impossibilidade de se guardar a totalidade dos documentos produzidos, mesmo por que as informações se repetem constantemente. A avaliação, desde que executada de modo criterioso e transparente, representa uma garantia de qualidade na organização do acervo.²⁰

¹⁵ ROSSEAU, COUTURE, 1998, p. 115

¹⁶ 1998, p. 115

¹⁷ 1998, p.117

¹⁸ 1941-1942 apud Le Goff, 2003, p. 534

¹⁹ BLOCH, 1941-1942 apud LE GOFF, 2003, p.534

²⁰ LOPEZ, 199, p. 44

Aqueles documentos que não foram eliminados adquiriram o que chamamos de valor secundário, ou histórico. Neste momento o arquivo passa a ser um espaço de pesquisa e referência cultural. Os documentos são arranjados e descritos, de forma que possam ser facilmente recuperados e disponibilizados, diante das necessidades do usuário. Um documento é considerado histórico quando, passada a fase ligada a razão pela qual foi criado (informação), atinge a da sua utilização pela pesquisa histórica (testemunho), tornando-se assim útil a administração e a historiografia.²¹ Para Lopez²² os critérios que norteiam o processo de seleção documental são definidos historicamente. “Constituem-se de elementos qualificadores da cultura política; informam sobre a entidade, a época na qual está inserida e a necessidade de legar testemunhos vitais.” O autor diz também que os documentos não eliminados são os que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade.²³

Para Morris Rieger²⁴ adquirem o valor secundário os seguintes documentos:

1. Os que continuam a apresentar valor administrativo, jurídico, financeiro para a administração de origem ou para outras administrações, depois de ter perdido seu valor primário para as operações correntes.
2. Os que podem ter valor para a proteção dos direitos cívicos, jurídicos e de propriedade de certos cidadãos ou de toda a população; trata-se de um valor ligado aos direitos individuais.
3. Os que possuem valor de testemunho ou de “documentação funcional”, isto é, refletem a evolução histórica da administração de origem, dos poderes e funções que lhes são atribuídos por lei e pelos regulamentos, de sua estrutura, de seus programas, de sua política, de seus métodos, de suas decisões e de suas operações mais importantes.
4. Os que tenham valor de informação, isto é, que aportem uma contribuição importante para a pesquisa e para os estudos do domínio do conhecimento, qualquer que seja. Nesse caso, o processo de avaliação deve acusar o valor potencial que os papéis apresentam para o trabalho de historiadores, especialistas em ciências políticas, economistas, sociólogos, geógrafos, estatísticos e mesmo, eventualmente, especialistas de outras disciplinas.²⁵

Para Schelleberg²⁶ é preciso observar duas questões para perceber o possível valor secundário. O primeiro é o valor de prova, ligados à política administrativa, à história do órgão, entre outros. O segundo ponto é o valor da informação, ligado à direitos pessoais, atos administrativos e outros. Sendo o objetivo principal da produção do documento atingido, é possível analisar se o mesmo tem ou não valor histórico – de pesquisa científica, através do

²¹ BELLOTO, 2006, p. 115

²² 1999, p. 44

²³ LOPEZ, 1999, p. 44

²⁴ apud Belloto, 2006, p. 118-119

²⁵ BELLOTO, 2006, p. 119

²⁶ 1959 apud Belloto, 2006, p. 120

processo de avaliação documental, que deve ser orientado por uma Tabela de Temporalidade, devidamente construída por uma equipe multiprofissional.

Em si mesmo, o Arquivo é este conjunto indefinido de vestígios que a História deixou atrás de si; ele inclui tudo o que revela o passado, tudo o que lhe é relativo, tudo o que pode evocar um fato antigo. Os objetos – quer se trate de inscrições fragmentárias de uma linguagem, de ruínas de uma construção, ou de qualquer outro objeto fabricado – tornam-se elementos arquivísticos quando possuem o poder de significar algo que existiu ou que se produziu noutros tempos. É descartado do Arquivo o material desprovido de poder de significação, o material que não traz traços de vida, do trabalho ou da linguagem humanos.²⁷

O historiador francês Jacques Le Goff (2003) discute em seu livro *História e Memória* a importância do documento na construção da historiografia, bem como suas relações com o poder. A partir da chamada *revolução documental*²⁸ de 1960 a história volta-se para a pesquisa da “massas dormentes”, e inicia-se a era da documentação de massa. Após a Segunda Guerra Mundial houve uma explosão da massa documental, relacionada à facilidade de reprodução e produção de cópias advindas da revolução tecnológica que foi universalizar a utilização do computador. Para Rosseau e Couture o aumento das instituições, da massa de informações e documentos produzidos sob forma de documentos administrativos e o interesse por outros tipos de arquivo além dos governamentais trouxeram uma produção acrescida e uma maior utilização da informação.²⁹ Furet³⁰ chama a atenção para a criação, nesse momento da história quantitativa. “O documento, o dado já não existem por si próprios, mas a relação com a série que os precede e os segue, é o seu valor relativo que se torna objetivo e não a sua relação com uma inapreensível substância real.”³¹

Assim é possível ver a importância da contextualização do acervo, entendendo que cada documento de um arquivo permanente nada é sozinho, é necessário entender a estrutura que lhe deu origem, bem como outros documentos que tenham sido produzido com o mesmo fim. Lopez mostra que a concepção de documento trabalhada pela arquivística é muito distante do conceito de *qualquer-coisa-que-fica-por-conta-do-passado*, para o autor “a contextualização de sua produção, graças ao princípio da proveniência, coloca-o em uma série que retrata as atividades

²⁷ OPHIR, 2011, p. 77

²⁸ Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos. (LE GOFF, 2003, p. 531)

²⁹ ROSSEAU, COUTURE, (ano), p. 42

³⁰ 1974 apud LE GOFF, 2003, p.532

³¹ FURET, 1974 apud LE GOFF, 2003, p. 532

desenvolvidas pelo órgão de origem, permitindo ainda uma análise conjuntural.” Para Le Goff, o que transforma o documento em monumento³² é a utilização deste pelo poder.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.³³

Neste sentido, e levando em consideração a massa documental produzida (e sua qualidade), entende-se o arquivo como um espaço de construção da identidade social, baseada nas experiências ali transmitidas em forma de memória. Segundo Lopez³⁴ os documentos disponibilizados para acesso são o legado de uma cultura política, de uma determinada forma de arquivar, de selecionar e de dispor as informações para o pesquisador. Para Belloto³⁵ “a finalidade última dos arquivos, seu objetivo maior, é, pois, comprovadamente, o acesso à informação, seja em qual idade documental for e, conseqüentemente, em que âmbito arquivístico for.” O arquivo é entendido como um espaço de testemunho da identidade de uma sociedade, uma instituição de guarda e preservação da história de um povo, e mais do que isso, um local gerador de conhecimento, indispensável à construção da pesquisa científica.

Tem-se, pois, que o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a exigência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva.³⁶

Para Barros e Amélia³⁷ é importante um estudo mais aprofundado das normas que regem o arquivo, uma vez que neste permanecem apenas o testemunho daqueles que, por algum motivo, foram preservados nessas instituições. Foucault³⁸ destaca que “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental”. Essa massa passa por diversos tratamentos, ideais ou não, chegando as mãos dos pesquisadores de

³² O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. LE GOFF, 2003, p. 526

³³ LE GOFF, 2003, p. 536

³⁴ 1999, p. 43

³⁵ BELLOTO, 1989, p. 81

³⁶ BARROS, AMÉLIA, 2009, p. 58

³⁷ 2009

³⁸ 1969 apud LE GOFF, 2003, p.536

maneira selecionada, seja através de acidente e perdas, ou do processo de avaliação e eliminação, regidos por arquivistas – ou não. Para Lopez³⁹ (1999) os critérios de seleção e métodos de arranjo e descrição dos documentos portam uma carga ideológica e condicionam a construção de um memória embasada em elementos externos.

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, coloca em relação, constituir em conjunto.⁴⁰

Não se trata, segundo Salomon⁴¹, da história, mas sim da memória. De transformar a história em memória (coletiva), ou ainda, transforma-la em patrimônio. “Patrimônio é o outro nome que se dá ao testemunho vivo do passado. Voz viva que testemunha sempre o mesmo, a identidade.”⁴²

Lopez⁴³ discute na sua tese de mestrado as transformações da pesquisa histórica e as mudanças na percepção de documento. Citando Le Goff, ele mostra a necessidade da arquivística adaptar-se a essa nova história que é construída por uma multiplicidade de documentos, que inclui produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, fotografias, filmes, ferramentas e outros objetos que trazem uma nova noção de documento, pra além dos documentos textuais. “A arquivística não pode ficar à margem dessas profundas modificações do campo conceitual das fontes históricas.”⁴⁴

Assim, os documentos arquivísticos se constituem em fontes de informações indispensáveis a ser interpretadas, analisadas e cotejadas. Eles são obras humanas que registram, de modo fragmentado, informações ricas e complexas sobre relações coletivas. São interpretados, então, como exemplos de modos de vida, de concepções de mundo, de possibilidades construtivas específicas de contextos e de épocas, sendo estudados tanto na sua dimensão material como na sua dimensão abstrata e simbólica, que tornam efervescente a produção do conhecimento na sociedade da informação.⁴⁵

³⁹ 1999, p. 34

⁴⁰ FOUCALT, 1969 apud LE GOFF, 2003, p. 536

⁴¹ 2011, p. 37

⁴² SALOMON, 2011, p. 37

⁴³ 1999

⁴⁴ LOPEZ, 1999, p. 36

⁴⁵ BARROS, AMÉLIA, 2009, p. 60

O arquivo é um espaço de construção de conhecimento, de memória coletiva, de compreensão histórica e de guarda de informações de todas as épocas. Dar acesso nesse espaço é fundamental para a construção da sociedade, para a não repetição de erros passados, como a Ditadura Civil Militar no Brasil, e para lembrar dos acertos, seja individuais e coletivos. A seguir será feita a discussão acerca dos arquivos universitários e sua importância na construção da memória.

2.2 Arquivos universitários

A universidade é o espaço de desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O objetivo da instituição de ensino superior deve ser “o desenvolvimento do conhecimento por meio da pesquisa, a transmissão do conhecimento por meio do ensino, a preservação do conhecimento por meio da publicação”⁴⁶. Através dessas instituições o Estado mantém seu compromisso de fornecer educação gratuita e de qualidade, esperando em troca a contribuição destas para o desenvolvimento tecnológico, e da pesquisa em geral. Hoje o modelo de educação superior aplicado é herança da Reforma Universitária realizada durante da Ditadura Civil Militar, considerado tecnicista, pois investe mais em inovação tecnológica, em detrimento a pesquisas de ciência pura.

Segundo Belloto⁴⁷ a função da docência é entregar ao mercado de trabalho profissionais competentes, que, atuando em suas áreas particulares, possam demonstrar que aprenderam mais do que “saber fazer”. A ideia é forjar profissionais que tenham a visão global da área e da relação desta área com a sociedade, não sendo um profissional puramente técnico, mas que compreende o todo, que conheça o seu objetivo final, sua posição e o lugar do fruto do seu trabalho no contexto universal.⁴⁸

O espaço universitário visa desenvolver o conhecimento a partir da pesquisa, transmiti-lo a partir do ensino, preservá-lo e difundi-lo por meio de publicações, bem como atingir e interagir com a sociedade para além de seus muros através da extensão. Segundo Darcy Ribeiro⁴⁹, a missão da universidade se resume desta maneira:

⁴⁶ BOSO, 2006, p.1

⁴⁷ 1989, p. 18

⁴⁸ BELLOTO, 1989, p. 18

⁴⁹ 1980 apud Belloto, 1989, p. 19

Dominando e ampliando o patrimônio humano do saber e das artes em todas as formas, como condição indispensável ao exercício desta função, a universidade incorpora à sociedade a que serve todo o esforço da interpretação humana. E lhe agrega as expressões de criatividade cultural de seu povo, para capacitá-la a realizar suas potencialidades de progresso e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo.⁵⁰

A universidade não pode ser um espaço elitizado e voltada apenas ao conhecimento técnico e desenvolvimento tecnológico, é preciso colocar-se frente aos problemas reais da sociedade, buscar soluções que levem também ao desenvolvimento humano e crítico. Para Todorov⁵¹, uma universidade com compromisso social é aquela que busca soluções adaptadas à realidade em que vive e atua, além de ser aquela com conhecimento científico internacional de ponta, com pesquisadores participando de atividades científicas em todo o mundo e alunos conhecendo outras culturas e realidades.

É preciso que o ensino seja transformado de transmissão pura e simples de teorias antigas, válidas nos momentos de eficiência, a dúvida, a provocação de novas ideias; do compromisso com um passado onde a uni-disciplinaridade dos currículos era suficiente para assegurar bons empregos, para currículos onde a formação multidisciplinar comprometa o aluno com a realidade; é preciso sair da chatice das aulas repetitivas para a aventura de, com sentimento, praticar novos métodos.⁵²

Em geral as universidades são autarquias, ou seja, tem autonomia de gestão, que se dá de maneira mais ou menos democrática, dependendo da forma de organização e hierarquia interna. A autonomia de gestão não prevê autonomia orçamentária, sendo assim é dever o Estado investir e garantir o pleno funcionamento das instituições de ensino superior públicas, sem interferir na autonomia interna. “A universidade oficial é responsabilidade do Estado, que para ela deve carrear os recursos, não como favor ou dádiva, mas como obrigação irrecusável e respeitando sempre a autonomia.”⁵³

Para Belloto⁵⁴ se a sociedade democrática é a que confere aos cidadãos a oportunidade de participar de diferentes espaços culturais, como negar à universidade a necessária independência para desenvolver sua ação? A autonomia seria a primeira condição para isso. Para chegar a ela a universidade deve mostrar o que é e o que pode ser através do cumprimento das suas funções essenciais, mas também indo além disso.

⁵⁰ Darcy Ribeiro 1980 apud Belloto, 1989, p. 19

⁵¹ 1989 apud Belloto, 1989, p. 20

⁵² BUARQUE, 1989 apud BELLOTO, 1989, p. 18

⁵³ GUIMARÃES, 1980 apud BELLOTO, 1989, p. 20

⁵⁴ 1989, p. 20

A única maneira de comprovar tal autonomia é através dos documentos, independente do valor ou da espécie (entram aqui documentos de toda ordem que comprovem suas atividades, colegiados, projetos e relatórios de pesquisa, serviços e outros. Documentos vitais, de valor permanente, temporário, acessórios e/ou rotineiros).⁵⁵ É neste contexto que precisamos entender os arquivos universitários. Estes tornam-se guardiões de todo conhecimento recolhido, produzido, discutido, difundido e organizado nestes locais.

De um lado, acha-se a universidade; esta, para que cumpra adequadamente suas funções fundamentais – ensino, pesquisa e extensão, necessita de informações exatas, atualizadas e pertinentes sejam elas ligadas suas atividades-fim, sejam às atividades meio. De outro lado, situa-se o arquivo, significando o grande referencial informativo a organizar, a moldar, a viabilizar as próprias relações administrativas; igualmente, ele significa o referencial/memória apto a oferecer retratos das situações, atos, fatos e comportamentos passados.⁵⁶

Segundo Bottino⁵⁷ é necessário que a arquivologia se mostre essencial na vida universitária, fazendo com que a comunidade universitária entenda a necessidade de arquivar os documentos, de forma que se possa recuperar posteriormente, quando for preciso; armazenando-os na forma de arquivos correntes, intermediários e permanentes, de acordo com a necessidade. É preciso compreender da importância da convergência entre arquivos e universidade. A autora Heloísa Belloto resume em cinco pontos convergentes:

1. Arquivo na universidade enquanto sistema documental oficial da informação administrativa e da científica dentro das próprias unidades e órgãos de direção.
2. Arquivos culturais com fundos e coleções de origem privada e de interesse da comunidade e de história da região.
3. Arquivos de universidade como integrante de um sistema maior dentro da esfera jurídico-administrativa a qual a entidade está ligada.
4. Assistência técnica das universidades aos arquivos públicos especialmente os municipais, tão carentes de recursos e de metodologias atualizadas.
5. Ensino arquivístico em níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão com que a universidade pode enriquecer a própria área e os próprios profissionais.⁵⁸

É importante que a comunidade acadêmica tenha consciência arquivística e de gestão documental, procurando implementar um sistema eficiente de arquivos, que cuide da documentação desde a sua produção até a destinação final. “Um sistema de arquivo em cada universidade deve e pode criar condições de otimização das funções-fins de ensino, pesquisa e extensão, ademais das próprias atividades-meio da área administrativa.”⁵⁹

⁵⁵ BELLOTO, 1989, p. 20

⁵⁶ BELLOTO, 1989, p. 23

⁵⁷ 1995

⁵⁸ BELLOTO, 1989, p. 25

⁵⁹ BELLOTO, 1989, p. 24

Para Boso⁶⁰ é essencial que a Universidade tenha entendimento das funções do arquivo na instituição, “que devem se estender ao planejamento, implementação e avaliação de um sistema de gestão integral dos documentos ao longo de todo o seu ciclo vital, desde a sua criação nas unidades e serviços, até sua conservação ou eliminação definitiva.” Todo o processo deve ser orientado por planos e tabelas previamente criados por equipes multiprofissionais, levando em conta os aspectos administrativos, legais e históricos envolvidos na avaliação documental em uma universidade. Segundo Jilek⁶¹ o papel dos arquivos universitários pode ser resumido da seguinte maneira:

1- reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; 2 – avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3 – supervisionar eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. Disto tudo depreende-se seu segundo grande papel que é o de: 1 – fornecer aos administradores as informações requeridas ao menor prazo possível; 2 – fazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com afinidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores.⁶²

Segundo Boso⁶³ as instituições de ensino superior públicas e privadas precisam pensar em um sistema de gestão documental, de forma a sistematizar alguns procedimentos administrativos, com o objetivo de controlar os documentos, seu emprego e sua destinação final. “Os arquivos universitários objetivam fornecer para os pesquisadores informações sobre os procedimentos e decisões do passado da universidade.”⁶⁴

Passada a fase administrativa, ou a primeira idade documental, aqueles documentos avaliados como permanentes devem seguir para o espaço destinado ao arquivo histórico. Os motivos para manter e organizar de maneira adequada tais documentos são muitos. Um é “o incremento à eficácia administrativa; outro é de ordem cultural integrante do patrimônio documental local e nacional; a terceira razão relaciona-se aos interesses do cidadão.”⁶⁵

⁶⁰ 2006, p.2

⁶¹ apud Belloto, 1989, p. 23-24

⁶² BELLOTO, 1989, p. 23-24

⁶³ 2006, p. 4

⁶⁴ BOSO, 2006, p. 4

⁶⁵ BELLOTO, 1989, p. 24

Nas universidades os arquivos permanentes “possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários”⁶⁶. Para Boso⁶⁷ as instituições de ensino superior mantêm seus arquivos isolados (arquivo do setor pessoal, da reitoria, dos cursos...), quando todos possuem arquivos correntes para atender apenas necessidades básicas, sem se lembrar da memória da instituição. Muitas vezes os arquivos universitários permanentes estão em estado precário, mal cuidados e sem preservar documentos valiosos.

Os arquivos universitários devem ter uma missão pedagógica e cultural, para atender as demandas de pesquisas e da comunidade em geral. Para que tal aconteça, é necessário que haja organização, e isso pode ser feito por meio da tabela de temporalidade, que deve ser prioridade dentre os arquivos, pois a tabela é responsabilidade do próprio arquivo.⁶⁸

A universidade é também um espaço cultural de recolhimento, tratamento e acesso de acervos importantes para a história regional, tornando-se assim também um centro de memória e pesquisa. Segundo Belloto os acervos de interesse de pesquisadores devem ser recolhidos por universidade, permitindo assim o acesso a esta documentação devidamente tratada e organizada, além de oferecer espaços amplos de consulta aberta para a comunidade. “Esses acervos, organizados e tornados disponíveis à consulta, servem sobretudo de apoio às pesquisas realizadas por docentes e alunos da comunidade acadêmica.”⁶⁹. Para além disso, o arquivo permanente universitário deve ter a finalidade de ampliar seus serviços aos demais segmentos da sociedade. Assim se desenvolvem as atividades de extensão, buscando atingir novos pesquisadores, bem como a união com outras instituições para a preservação do patrimônio documental do país.

É preciso lembrar ainda que esses centros (de documentação) passaram a cumprir uma função muito importante no conjunto da produção acadêmica: a de reunir fontes e informações, democratizando o seu acesso a todos os usuários potenciais, tanto para o usuário interno (alunos e professores) como para o público externo de pesquisadores, mesmo aqueles não ligados à comunidade universitária.⁷⁰

⁶⁶ BELLOTO, 1989, p. 25

⁶⁷ 2006, p. 3

⁶⁸ BOTTINO, 1995, p. 66

⁶⁹ CAMARGO, 1999, p. 50

⁷⁰ CAMARGO, 1999, p. 57

Para Boso⁷¹ “o arquivo universitário deve ser preservado, para ocupar um papel de grande relevância nas instituições, uma vez que possibilitará a guarda do conhecimento desenvolvido, do trabalho intelectual, bem como a preservação histórica do ensino superior.” É o arquivo universitário que guarda toda memória da produção intelectual deste espaço, sendo indispensável às gerações futuras que este seja devidamente protegido, organizado, preservado e disponibilizado. Também para a autora, a função arquivística tem entre seus objetivos facilitar o acesso à informação, “tendo como papel fundamental informar e organizar os documentos de forma a garantir que a história e a memória das organizações sejam destinadas com fins de pesquisa histórica e também para a disseminação cultural.”⁷²

De qualquer forma, é preciso dizer que a ênfase para a preservação dos documentos que estão em torno da universidade, a preocupação com a documentação local é uma prática de grande importância. Não apenas do ponto de vista da preservação dos registros da história local, mas como forma de viabilizar as pesquisas de pós-graduação e, especialmente, as de iniciação científica, uma vez que os alunos, nesse processo de aprendizagem no manejo das fontes primárias, ao mesmo tempo em que realizam o seu curso, podem fazê-lo de forma mais fácil e completa.⁷³

As universidades federais tem lugar de destaque na produção intelectual e de pesquisa no Brasil, a frente das instituições de ensino superior privadas ou outros institutos de pesquisa públicos e privados. Sendo assim é fundamental que a memória e a história de tudo que é produzido nestes locais deve ser cuidadosamente preservada, sendo possível que as futuras gerações acadêmicas deem continuidade as nossas pesquisas. Mais do que isso, é preciso guardar a memória das atividades diárias desses locais, atividades burocráticas do dia-a-dia, que produzem documentação em massa, e que poderá, futuramente, contribuir para estudos acerca do atual modo de administrar, bem como do atual modelo de educação.

⁷¹ 2006, p. 4

⁷² BOSO, 2006, p. 3

⁷³ CAMARGO, 1999, p. 60

3 METODOLOGIA

Na realização desta pesquisa foi fundamental a definição de uma metodologia de pesquisa, de forma que a convergência dos temas arquivos permanentes, universitários e ditadura civil militar pudesse ser visualizada, documentada e transcrita. Espera-se que este trabalho possa embasar novas pesquisas no acervo do DCE UFSM, uma vez que o espaço é rico em informações ainda não analisada e exploradas.

A abordagem da pesquisa será qualitativa, que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”⁷⁴ Do ponto de vista dos objetivos será exploratória, pois visa explicitar um problema local, construindo e buscando comprovar hipóteses sobre a contribuição política dos universitários santa-marienses nas políticas educacionais em vigência no país.

Os procedimentos técnicos adotados foram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. A primeira se deu no sentido de fundamentar teoricamente a pesquisa, expondo e entendendo os conceitos de arquivos permanentes e universitários. Destaca-se que conhecer os procedimentos técnicos aplicados aos objetos estudados, bem como a conceituação destes, e fundamental para entender o contexto histórico e as atuais condições de pesquisa e disponibilização destes objetos. Outro procedimentos de suma importância adotado neste trabalho é a pesquisa documental. Buscou-se informações basicamente em dois espaços: o Departamento de Arquivo Geral (DAG) da UFSM e o arquivo do DCE UFSM. No primeiro foram observados documentos referentes a atuação estudantil no Conselhos Superiores, com ênfase no Conselho Universitário, e o fundo documental referente ao Projeto Rondon. O arquivo do DCE UFSM foi fundamental na pesquisa, foi localizada apenas uma pasta de documentos referentes ao período de 1963 (criação da entidade) a 1985, que foi analisada neste trabalho buscando entender a atuação dos estudantes da UFSM frente a Ditadura Civil Militar. Dessa forma a pesquisa se propõe a ser um estudo de caso da atuação de uma entidade estudantil (o DCE UFSM) num determinado período de tempo (Ditadura Civil Militar) no que se refere especificamente às políticas educacionais.

⁷⁴ SILVA, 2005, p. 20

Assim a pesquisa se organizou da seguinte maneira: levantamento de material bibliográfico para a realização da fundamentação teórica, levantamento documental nos arquivos acima citados, entendimento do contexto histórico em que estes documentos foram produzidos e preservados, análise dos documentos frente ao contexto, buscando construir hipóteses sobre a atuação dos indivíduos envolvidos com a entidade analisada. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o fortalecimento da memória, da verdade e da democracia dentro da UFSM.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

4.1 A Universidade Federal de Santa Maria

A Universidade Federal de Santa Maria possui em sua criação peculiaridades que merecem ser observadas. Em primeiro lugar, a Universidade de Santa Maria, como foi inicialmente chamada, foi fundada a partir da reunião de diversas faculdades privadas existentes na cidade de Santa Maria. Outro detalhe que chama a atenção é que a USM é a primeira universidade a ser criada fora de uma capital brasileira. A data de assinatura da lei de criação – Lei 3.834-C – é 14 de dezembro de 1960.



Foto 1 Lançamento da pedra fundamental da Universidade de Santa Maria, 1960

Em 1962 Santa Maria contava com 121.093 habitantes, dos quais 84.128 viviam nas áreas urbanas. A cidade fica localizada no centro geográfico do Rio Grande do Sul, e naquele ano contava com o entroncamento ferroviário do estado. Eram 16.935 ferroviários na cidade, e no total 27.938 eram estudantes de todos os níveis. 20.213 no ensino primário, 6.673 no ensino

secundário e 1.052 no ensino superior.⁷⁵ A possibilidade de estudar em escolas de segundo grau e faculdades atraía estudantes de diversas regiões e cidades do estado, tornando Santa Maria um pólo educacional. A criação da universidade no interior, contrariando os modelos existentes no Brasil até o momento, não foi por acaso. A configuração mundial pós 2ª Guerra Mundial mostrava que era necessário formar mão de obra técnica e qualificada, e mesmo especializada em todas as áreas. A questão devia-se ao crescimento urbana da década de 1940.

Lima⁷⁶ nos traz que a partir do segundo governo Vargas (1951 – 1954), os governos agiram de modo a ampliar o acesso ao ensino superior, promovendo a ampliação de vagas e de estabelecimentos. No ano de 1945 os estudantes de faculdades e universidades somavam 27.253. Em 1964 esse número era de 142.386, e a média anual de crescimento foi de 12,5%. Entre os anos de 1954 a 1964 foram criadas dezesseis universidades, sendo onze públicas e cinco confessionais, entre estas estava a USM, que foi criada a partir da fusão de três faculdades públicas e instituições privadas – as “faculdades agregadas”.

Além das faculdades públicas de Medicina, Farmácia e Odontologia e do Instituto Eletrotécnico, ela foi formada a partir de instituições privadas que ficavam na condição de “faculdades agregadas”. Eram elas a Faculdade de Direito, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.⁷⁷

4.2 Mobilização política na cidade

A cidade de Santa Maria não poderia deixar de refletir as tensões internacionais e nacionais dos anos 1960. Devido a localização geográfica da cidade, no centro do estado do Rio Grande do Sul, sendo centro também de operações ferroviárias – e de movimentos sindicais ferroviários, bem como referência em formação estudantil. Outro ponto que merece atenção é a questão militar, a cidade tinha o 2º maior contingente militar do país.

Segundo Diorge Konrad⁷⁸ devido ao alto contingente militar no dia 1º de abril de 1964 as tropas militares passaram a guarnecer prédios públicos, rádios e principais ruas da cidade, além da União dos Ferroviários Sul-Riograndenses, sob ordens da 3ª Divisão de Exército (DI) e do general Mário Poppe de Figueiredo. Para evitar que se repetisse a Campanha da

⁷⁵ LIMA, 2013, p. 32 e 33

⁷⁶ LIMA, 2013, p. 34

⁷⁷ LIMA, 2010, p. 33

⁷⁸ KONRAD, Diorge A., **Sequelas de Santa Maria: Memórias do apoio e da resistência ao golpe de 1964.**

Legalidade⁷⁹, que garantiu a posse de Goulart em 1961, o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, requisitou as emissoras de rádio, e as tropas da Brigada Militar, que tiveram papel fundamental na resistência 3 anos antes, permaneceram fiéis ao governo de Meneghetti.⁸⁰

Em nota oficial ainda no dia 1º de Abril, o Comando da 3ª DI se posiciona, através da pessoa do general Poppe de Figueiredo:

Na qualidade de Comandante da Guarnição Militar Federal de Santa Maria, [...] e sintonizando com as naturais apreensões da população laboriosa desta cidade, face aos acontecimentos que se desenvolvem no país e a crescente onda de boatos visando perturbar a tranquilidade, declaro: 1 – A ordem pública e as liberdades individuais serão mantidas. 2- Não serão permitidos atos que visem perturbar a vida normal da cidade, sendo reprimidos com energia quaisquer tentativas nesse sentido. 3 – Ficam proibidas irradiações alarmantes ou de incitamento, bem como reuniões em via pública de mais de cinco pessoas. [...] Assim sendo, o Comandante da Guarnição Militar Federal [...] tendo em vista a Lei de Segurança Nacional, não permitirá, sob hipótese alguma, a formação de milícias populares de qualquer natureza ou forma. Esclareço ainda, que ficam proibidas todas as vendas de armas, munições e explosivos.⁸¹

A Câmara de Vereadores de Santa Maria suspendeu a ordem do dia e, por solicitação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se colocou em “estado de alerta”, o então prefeito da cidade, Adelmo Genro, garantiu que estava tudo em ordem, mostrando que não esperava sua cassação, que viria mais tarde. No dia 2 de abril o general Poppe Figueiredo anunciava sua ascensão ao cargo de Comandante do 3º Exército, e convidou Ildo Meneghetti a assumir o cargo de governador do Estado, a partir de Passo Fundo, uma vez que corria a notícia de que o governador havia fugido para o interior.⁸²

Ainda nas primeiras semanas de abril formou-se em Santa Maria uma comissão para realizar uma homenagem às Forças Armadas, como “legítimos defensores da ordem pública”. Faziam parte desta comissão diversas entidades de importância e peso na sociedade santa-

⁷⁹ Mobilização civil militar realizada no ano de 1961 para garantir a posse do vice presidente da República João Goulart. No dia 25 de agosto o presidente Jânio Quadros divulgou uma carta onde renunciava, que foi aceita pelo congresso. Jango se encontrava na China naquele momento, e Leonel Brizola lança uma carta onde afirma seu apoio ao cunhado vice presidente, então outras autoridades civis e militares se manifestam em apoio a Jango. Forças do alto comando do Ministério da Guerra e do III Exército esperavam dar posse a Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados. Devido a grande resistência legalista que se deu em torno do Palácio Piratina a unidade da 5ª Zona Aérea de Canoas recebeu ordens para bombardear o local, as ordens não foram acatadas pelos sargentos que também aderiram a resistência. A partir da delicada situação militar, Leonel Brizola divulga a Cadeia da Legalidade, com a tomada da Rádio Guaíba e a transmissão direta dos discursos do Palácio, aumentando o alcance da rede e desestabilizando a oposição golpista. Goulart assume, mas o congresso aprova a adoção do modelo parlamentarista, que restringe seus poderes. Disponível em < <http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/a-campanha-da-legalidade-uma-mobilizacao-civil-militar-em-defesa-da-posse-de-joao-goulart/>>

⁸⁰ LIMA, 2010, p. 25

⁸¹ A Razão, 2 de abril de 1964

⁸² KONRAD, p. 102

mariense, sendo composta da seguinte maneira: José Mariano da Rocha (reitor da UFSM), Floriano Kruehl de Lemos (Juiz Municipal Vitalício), Monsenhor Floriano Cordenusi e o Bispo Dom Luiz Sartori; Irmão Gelásio (Diretor da Faculdade de Direito), Carlos Ignácio Sant'Anna (Juiz de Direito da 2ª Vara e Diretor do Foro), Aquiles Segala (Rotary Clube) Udo Vath e Luiz Barcelos (Lions Club).

Decidiu-se, durante uma série de reuniões na sala do reitor José Mariano da Rocha Filho, que se daria uma grande manifestação de apoio ao Golpe no dia 17 de abril. Nesta manifestação o anti-comunismo e o nacionalismo predominaram. As palavras do reitor:

Povo ativo e livre de Santa Maria. [...] Como eu me sinto feliz em ter sido escolhido como um de teus intérpretes neste dia memorável em que, na amplidão desta praça, tornada pequena para abraçar a multidão que aqui hoje se congrega, se reúne para festejar as Forças Armadas da Pátria pela seu mais extraordinário feito na defesa de nossa soberania: a derrocada do comunismo no Brasil! [...] A revolução democrática do Brasil, iniciada e executada com o brilho de uma parada militar, pelas gloriosas forças do Exército Brasileiro, deve continuar até que os culpados paguem seus hediondos crimes, aqueles que nos queriam entregar com mãos amarradas aos pelotões de fuzilamento, aqueles que desejavam substituir por imagem humana a imagem de Deus nos corações de nossos jovens, aqueles que visavam substituir o nosso Cruzeiro do Sul pela Ursa Maior, aqueles que pensavam macular o nosso pavilhão verde com a foice e o martelo, aqueles que desejavam acorrentar o Brasil ao mundo do comunismo, aqueles que um dia pensaram que seria possível amordaçar para sempre o nosso povo e dispor livremente das riquezas de nosso subsolo e do amada solo brasileiro ao serviço do comunismo ateu! Agora podemos festejar a vitória da democracia no mundo com a derrota do comunismo no Brasil! Coube às Forças Armadas Brasileiras, a honra insigne de ganhar para o Mundo Ocidental a mais notável batalha contra o marxismo. [...] Que nenhum traidor possa jamais voltar a perturbar a paz social de que tanto necessita o Brasil para seu desenvolvimento, que a UNE, a UEE, a UGES e os nossos grêmios acadêmicos e estudantis sejam expurgados dos maus elementos que deles se apoderaram ou neles se infiltraram sob o bafejo e com a orientação dos traidores da Pátria. [...] À Virgem Medianeira de Todas as Graças, agradecendo os benefícios recebidos, nós pedimos que acumule de seus dons as Forças Armadas do Brasil que em ato único e decisivo da história da Pátria e quicá do mundo, afastaram para sempre de nosso país e do Ocidente o perigo comunista!⁸³

Percebe-se assim o apoio ao golpe e a Ditadura Civil Militar por parte importante das lideranças santa-marienses e nacionais, fruto de anos de preparação para que o golpe acontecesse sem surpresas ou resistência.

4.2.1 Organização Estudantil

4.2.1.1 União Santamariense de Estudantes - USE

⁸³ LIMA, 2010, p.

Em 1947 foi fundada a União Santamariense de Estudantes (USE), que representou estudantes secundaristas e universitários até 1961, quando se deu a criação da Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), que viria a ser o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Até 1965 a USE teve suas direções ligadas, em geral, aos movimentos de esquerda. Na sua fundação a diretoria contava com a participação de Paula Lauda, prefeito de Santa Maria em 1964, no momento do Golpe Civil Militar. Principalmente nos anos 1960 a entidade era ligada a grupos progressistas da Igreja Católica. Em 1964 a USE tinha a sua frente uma direção pertencente a Juventude Estudantil Católica (JEC).

Desde a sua criação a USE manifestou-se acerca de problemas que os estudantes de diferentes níveis sofriam na cidade de Santa Maria. Em 1962 a entidade participou de uma reunião com o Poder Municipal para discutir situação do transporte público e garantir a meia passagem estudantil. Em setembro do mesmo ano foi realizado o Seminário de Estudos, que teve por tema: “Realidade brasileira – Reformas de base – A influência da sociedade sobre o estudante – Liderança”. O tema demonstrava o caráter dos debates realizados no evento, que contou com a participação de cerca de duzentos estudantes.⁸⁴ Em 1964 a USE não teve grandes problemas políticos, como a FEUSM – que veremos adiante. Conforme Lima:

A USE, no entanto, pôde passar de forma mais tranquila pelas turbulências de abril de 1964. A autoridade escolhida para acompanhar suas atividades foi o padre Rômulo Zanchi, diretor do Colégio Manoel Ribas. Nas palavras da própria gestão, a entidade “superou os acontecimentos nacionais, com magnífico equilíbrio, sendo que a USE é uma das poucas entidades estudantis que atravessou os acontecimentos de Abril deste ano sem se ver prejudicada no seu prestígio ou na sua unidade”. Segundo João Gilberto, o padre Zanchi tinha “temperamento forte”, mas teria “segurado as pontas” na entidade. Desse modo, a gestão conseguiu realizar novas eleições ainda em 1964.

Os chamados “democratas” – os defensores do golpe, ou liberais elitistas⁸⁵, na definição de Mateus Lima – foram eleitos na USE, no DEE e posteriormente no DCE. A partir das vitórias nessas instituições formou-se o movimento Decisão, de cunho liberal-elitista. Segundo o jornal A Razão esta fora a “primeira iniciativa que objetiva congregar num único movimento todas as

⁸⁴ LIMA, 2010, p. 37

⁸⁵ Movimentos que apoiaram o golpe com a justificativa de livrar o Brasil do “caos subversivo” e que se denominavam “democratas”. Para Lima (2013, p. 73) “a categoria estudantil era composta predominantemente por essa classe média, dentro da qual uma direita atuante incorporava muitos elementos do liberalismo oligárquico, mas, ao mesmo tempo, apresentava traços distintivos.”

forças político-estudantis sob a égide de um Movimento de cunho autenticamente democrático com vistas à consolidação das posições conquistadas nas últimas eleições.”

De qualquer forma, as tentativas de articulação das esquerdas chegariam ao fim em agosto de 1965. As eleições realizadas naquele mês na USE deram vitória à chapa encabeçada por Irineu Magnago, representante dos estudantes “democratas”, segundo o jornal *A Razão Magnago*, estudante do Colégio Estadual Maria Rocha, obteve 2604 votos, enquanto o adversário Antônio Costa conquistou 2076. Os “democratas” venceram em todos os cargos, elegendo também João Dalbosco e Pedro Laurecy da Costa, respectivamente primeiro e segundo vice-presidente, que derrotaram Neuzimar Pacheco e Bernadete Kurtz.⁸⁶

4.2.1.2 A Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM)

Em 24 de março de 1961 foi criada a Federação dos Estudantes de Santa Maria – FEUSM, desmembrando da USE a representação acadêmica da cidade. Mais tarde essa entidade se tornaria o Diretório Central dos Estudantes⁸⁷. A primeira diretoria executiva da FEUSM foi composta por Carlos Renan Kurtz como presidente, Sérgio G. Bonocielli como vice-presidente e Wilson Alano como secretário. Até 1965 tanto a USE quanto a FEUSM tinham suas executivas ligadas a juventude católica, especialmente a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), e mais tarde vieram a compor a Ação Popular (AP), grupo de esquerda que se desmembrou da JUC a partir da expulsão do então presidente da UNE, Aldo Arantes, e da proibição da candidatura de estudantes ligados às juventudes católicas.

No movimento estudantil, o grupo mais forte vinculava-se à esquerda católica, a chamada Ação Popular (AP), que invariavelmente ocupava a presidência da UNE, quase sempre com um comunista na vice-presidência. Os cristãos de esquerda vinham passando por um processo de rápida e intensa radicalização desde os anos 1950, abandonando a posição de combate aos comunistas para se aliar a eles.⁸⁸

Segundo Lima, a posição da FEUSM perante o Golpe não ficou clara. O então presidente da entidade, Jaime Goar Pasa, apoiava as reformas propostas pelo presidente deposto, no entanto em um manifesto publicado no jornal *A Razão* em 2 de Abril, a entidade faz um discurso em defesa da democracia, o que poderia ser ambíguo, uma vez que os golpistas diziam defender

⁸⁶ LIMA, 2013, p. 86

⁸⁷ Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy

⁸⁸ MOTTA, 2014, p. 24

a democracia. A indefinição da situação nos primeiros dias, somada a presença militar na cidade, foram imprescindíveis para a falta de posição assumida pela entidade e sua direção.⁸⁹

No dia 7 de abril, o Bispo Diocesano Dom Luiz Sartori convoca a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em agradecimento às Forças Armadas pela “revolução” e por ter “salvado o Brasil do comunismo”. A convocação dirigia-se a todas as classes sociais, as Faculdades Católicas, os colégios, entidades educacionais e assistências católicas, as organizações e associações religiosas, os setores da Ação Católica – Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC, que estava a frente da FEUSM) e a Juventude Estudantil Católica (JEC, que estava a frente da USE).⁹⁰ O apoio estudantil se mostrava necessário para evitar a construção de uma resistência na cidade de Santa Maria, e principalmente dentro da UFSM.

No artigo “Sequelas de Santa Maria: Memórias do apoio e da resistência ao golpe de 1964”, Diorge Konrad mostra que no dia 9 de abril o jornal *A Razão* publicou o “Manifesto aos Universitários”, produzido pelo Centro Acadêmico e estudantes do Curso de Direito, e criticava duramente a nota emitida pela FEUSM.

[...] Esperávamos que nossa entidade fizesse uma manifestação clara, precisa, livre e cristã, onde deixasse claro que somos partidários da DESCOMUNIZAÇÃO DA PÁTRIA e que repelimos todo e qualquer cidadão, tenha ou não imunidades que queira subverter a ordem e desrespeitar as instituições, negando os princípios da Fé Cristã e da Democracia, que são o baluarte do povo brasileiro. Esperávamos que a FEUSM repudiasse a participação ativa da União Nacional dos Estudantes em atos de irrelevância aos Poderes Constituídos e em manifestações abertamente subversivas [...] Necessitávamos de alguém que se propusesse a sanear a COMUNO-SINDICALIZAÇÃO [...]. Agora cabe o apoio e o reconhecimento dos estudantes às gloriosas FORÇAS ARMADAS e ao POVO BRASILEIRO que, como de outras vezes, souberam varrer os vendilhões da Pátria que desejavam torná-la mais um dos tantos e infelizes satélites do totalitarismo soviético. Considerando, pois, toda a identificação de pensamento e linha de ação, entre as atuais direções da FEUSM, UEE e UNE, aliadas no sentido de desvirtuar radicalmente as posições e condutas dos universitários brasileiros, DECIDIMOS NÃO MAIS ACATAR AS DECISÕES EMANADAS DESSAS ENTIDADES, enquanto ditadas pelo espírito que orienta suas atuais direções.⁹¹

Em 11 de abril Jaime Goar Pasa lança outra nota, denominada “Desfazendo equívocos”, onde apoiava o golpe afirmando “[...]estou integrado na manifestação que será prestada às Forças Armadas, que com lealdade, asseguraram as nossas tradições cristãs e democráticas,

⁸⁹ LIMA, 2013, p. 84

⁹⁰ KONRAD, p. 104

⁹¹ Destaque me caixas alta no original. *A Razão*, 9 de abril de 1964, p. 6, apud Konrad.

livrando-as do iminente perigo comunista.” e conclamando os colegas a se manterem em “atitude de ordem a fim de possibilitar a superação da crise brasileira”.

No dia 23 de abril a FEUSM coloca a direção da entidade sob responsabilidade da 3ª DI, mesmo sendo um processo voluntário Jaime Pasa não escapou de um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar seu envolvimento com “atividades subversivas”, parte da “operação limpeza” realizada nas universidades brasileiras após o golpe.

Segundo Motta⁹², a expressão “operação limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores as medidas tomadas de modo a afastar do cenário público os adversários recém derrotados (comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros). A palavra “limpeza” leva a pensar também na punição de corruptos, mas na fase inicial o alvo efetivo eram os inimigos políticos. “Só quando estes começaram a escassear, e também quando ficou claro que a ameaça revolucionária fora superdimensionada, as ações repressivas voltaram-se com mais intensidade contra a “corrupção”.⁹³

Pasa foi substituído pelo acadêmico de Direito e militar José Carlos Duarte, que recebeu o cargo de interventor. Duarte teve pouca participação no Conselho Universitário, espaço em que seria representante dos acadêmicos. Em 6 de novembro de 1964 ele sugere que seja enviada ao ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, uma carta pedindo autorização e instruções para a realização de eleição nos Centros Acadêmicos e na FEUSM, uma vez que o período eleitoral se aproximava e era preciso manter o aspecto de legalidade.

Três dias depois, em 9 de novembro, é aprovada e sancionada a Lei Suplicy de Lacerda, que dava diretrizes para a representação estudantil. A principal mudança observada diz respeito a estrutura das entidades de representação. A União Nacional dos Estudantes (UNE) não foi oficialmente cassada, mas criou-se a Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), que teria suas eleições convocadas e regidas pelo Ministério da Educação e Cultura. A nível estadual foi criado o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) e nas universidades as Federações foram substituídas pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) – como é o caso da FEUSM, que se transformou em DCEUSM; além de instituir o voto obrigatório nas eleições de representação estudantil, bem como exigiu o acompanhamento do processo por um discente.⁹⁴

⁹² 2014

⁹³ MOTTA, 2014, p. 25

⁹⁴ Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Art. 2º. São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal. [...] Art. 5º § 3º. O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado. [...] Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.⁹⁵ ()

Ao final do processo eleitoral de 1964 foram eleitos como presidente Júlio Teixeira (Medicina) e como vice-presidente Paulo Sarkis (Engenharia). Teixeira tinha ligação com os movimentos de esquerda e se aproximaria do Grupo Vanguarda Cultural (GVC)⁹⁶, que juntamente com o DCE e a USE formou a Tríplice Aliança Cultural (TAC)⁹⁷. Em reunião, dirigida por Sarkis, no dia 27 de maio de 1965 o Conselho do DCE decidiu tornar a participação da entidade no TAC “sem efeito”, até que se realizasse uma análise das condições e finalidades da Aliança.⁹⁸

Em 1965 a esquerda perde força frente as entidades de representação estudantil gaúchas. A eleição da USE, anteriormente citada, foi apenas o início da derrocada da esquerda no movimento estudantil. Em agosto do mesmo ano realizaram-se as eleições do DEE, que mostraram a força dos chamados “democratas”. O representante santamariense eleito foi Etelvino Singnor, estudante de Filosofia que no ano anterior assinou um manifesto em favor do Golpe. Segundo Lima em outubro Paulo Sarkis foi eleito presidente do DCE e Jorge Emanueli vice. Como presidente da entidade Sarkis participou do Congresso de fundação do Movimento Decisão, formado pelos estudantes que estavam a frente do DCE da UFRGS e da UFSM, além do DEE. Segundo reportagem sobre o movimento no jornal A Razão:

⁹⁵ BRASIL, 1964

⁹⁶ O Grupo Vanguarda Cultural (GVC) foi fundado em outubro de 1964, sendo a convergência entre arte e política na cidade de Santa Maria. Agregava intelectuais, artistas e estudantes. Tinha por objetivo levar discussões ao proletariado, no caso de Santa Maria os ferroviários, por fim a atividades se resumiram a espaços de classe média e estudantis. (LIMA, 2013)

⁹⁷ A Tríplice Aliança Cultural (TAC) foi criada a partir da aliança do DCE UFSM, da USE e do GVC. A união começou a partir da representação da peça *A prostituta respeitosa* de Jean Paul Sartre, que teve o título alterado para evitar polêmica e censura. A estreia aconteceu em maio de 1965. Entre os vários espaços criados pela TAC para discussões sobre arte e política teve destaque a criação da Revista Vanguarda, em março de 1965, foram lançadas 3 edições. (LIMA, 2013)

⁹⁸ LIMA, 2013, p. 85-86

Após os esforços realizados desde agosto do ano passado, e que culminaram com a eleição de democratas para os postos chaves da política estudantil universitária e em muito Diretórios Acadêmicos, esta é a primeira iniciativa que objetiva congregar num único movimento todas as forças político estudantis sob a égide de um Movimento de cunho autenticamente democrático com vistas à consolidação das posições conquistadas nas últimas eleições. Imediatamente após as mesmas, realizaram-se estudos preliminares com vistas à criação de um movimento desta ordem, e que agora deverão servir de subsídio no encontro de Capão da Canoa.⁹⁹

Para Lima, Sarkis representava as ambiguidades do liberalismo elitista no meio estudantil. Se por um lado defendia os interesses imediatos dos estudantes, de outro admitia a possibilidade da cobrança de uma tarifa anual, além de articular-se com os “democratas”, criticando a esquerda, forçando o rompimento do DCE com o TAC. Sarkis mostrou-se favorável também ao modelo de reforma universitária proposto pelo governo ditatorial.

Em julho o DCE UFSM envia representantes, entre eles Sarkis, a Curitiba para encontrar o Ministro Muniz de Aragão e “outras autoridades educacionais”; buscavam verbas, além de discutir outras questões burocráticas relativas à USM. O congresso do qual participaram aprovou uma nota “em solidariedade ao Diretório Central dos Estudantes” e “contra a realização do congresso da UNE”. Portanto os liberais elitistas não queriam o fim da participação estudantil, mas sim um movimento sem influência das esquerdas e que não tivesse envolvimento com questões políticas amplas.¹⁰⁰

Nos anos 1960 era costume realizar a chamada “Passeata dos Bixos”, espaço onde os calouros – estudantes recém aprovados no vestibular – iam às ruas, alegremente fantasiados, e aproveitando o espaço para fazer divertidas críticas, através de fantasias e cartazes irreverentes. Por vezes as críticas adquiriam tom político, aproveitando-se do caráter festivo da passeata, de modo que era mais fácil burlar a censura.

Em 1966 o DCE UFSM era presidido por estudantes liberais elitistas, no entanto a esquerda passava por uma renovação no Movimento Estudantil da universidade, uma vez que vários estudantes de esquerda atuantes no movimento secundarista -inclusive fundadores da GVC – foram aprovados no vestibular e ingressavam assim no ensino superior. Era o caso por exemplo de Tarso Genro. Naquele ano a passeata foi marcada para o dia 21 de abril e as expectativas eram grandes.

⁹⁹ AHMSM, A Razão, 23 de janeiro de 1966, p. 6.

¹⁰⁰ LIMA, 2013, p. 88

Após a passeata, no dia 1º de maio, Sarkis lançou uma nota condenando “os esquerdistas que fizeram cartazes políticos e pornográficos”¹⁰¹. A nota esclarecia que o DCE havia orientado os Secretários Sociais dos Diretórios Acadêmicos a promoverem a censura dos materiais produzidos para a passeata. Outra verificação teria sido feita pelo próprio DCE no momento do evento, não conseguindo evitar, porém, que cartazes com críticas de teor político fossem expostas. Ainda segundo a nota, os cartazes haviam sido conduzidos por “elementos confessadamente esquerdistas cujas ações pró-agitação e subversão no meio estudantil já são de conhecimento.”¹⁰²

O Diretório Central de Estudantes da Universidade de Santa Maria alerta os estudantes democratas de nossa Universidade, no sentido de se mobilizarem contra futuras manobras de elementos esquerdistas infiltrados no meio estudantil e que permanecem constantemente em busca de uma oportunidade para agitar e conturbar a ordem.¹⁰³

Assim percebe-se claramente que o DCE UFSM apoiou e defendeu os governos militares, uma vez que se utilizava do termo “democrata” para se referir aos estudantes liberais elitistas ou mesmo aqueles sem qualquer envolvimento político. A nota também chamou a atenção por alegar que se vivia naquele momento um “regime de liberdade”, tornando-se controversa, uma vez que defendia abertamente a censura dos cartazes utilizados na Passeata dos Bixos.

Tarso Fernando Genro, Byron Prestes Costa e Carlos Alberto Robinson¹⁰⁴ assinaram uma resposta ao manifesto, em nome dos acadêmicos de Direito. O texto criticava a gestão de Sarkis, considerada improdutiva, alegando que o mesmo não representava os estudantes universitários santa-marienses. A nota também apontava a contradição entre o conceito de liberdade, defendido por Sarkis e pelo DCE, e a censura que teria sido imposta pelos mesmos.

Em 4 de maio Sarkis escreve uma réplica alegando que “o que consideramos ridículo e deturpação dos fatos foi a tentativa de se fazer crer que não temos liberdade.” No mesmo dia outra nota é lançada pelos “Conselhos Comunitários, Associações de Pais e Mestres, Diretores de Educandários e outras entidades representativas”¹⁰⁵, que faz também uma forte crítica aos

¹⁰¹ LIMA, 2013, p. 98

¹⁰² AHMSM, A Razão, 1º de maio de 1966, p. 3. Apud LIMA, pág 98, 2013

¹⁰³ Idem

¹⁰⁴ LIMA, 2013, p. 100

¹⁰⁵ AHMSM, A Razão, 4 de maio de 1966. Assinaram o manifesto: Conselho Comunitário das Dôres, Sociedade Amigos da Vila Schirmer, Associação de Pais e Mestres da Vila Schirmer, Sociedade dos Amigos da Vila Urlândia, Ginásio Estadual Pe. Caetano, Associação de Pais e Mestres a E. N. Coração de Maria, Associação Recreativa das Dôres, Conselho Comunitário da Vila Leste, Ginásio Industrial Antônio A. Ramos, Grêmio dos

cartazes, baseada na moral cristã. Segundo o manifesto: “MANIFESTAMOS nossa decepcionante estranheza e total repúdio aos cartazes, encenações, gestos e palavras de alguns representantes de Faculdades, porque indignas de gente universitária e afrontosas ao povo e à família de Santa Maria.” A mesma note se encerra “invocando a proteção de Deus”.

Cerca de 20 dias depois o Diretório Acadêmico do Curso de Direito se manifesta, questionando a legitimidade da resposta de Tarso, Byron e Robinson, uma vez que os mesmos não compunham o diretório, sendo os representantes legais Antônio D. Rossatto (presidente) e Wilson A. R. Bilhalva (vice-presidente). O objetivo dos estudantes, segundo a nota, era apenas causar agitação e confusão.

Em 1966 se deram novas eleições estudantis. Encontra-se no Arquivo do DCE UFSM o regimento eleitoral¹⁰⁶ daquele ano, que tinha por presidente Claudio Emanuelli - vice presidente do DCEUSM. O documento destaca que as eleições devem obedecer a Lei nº 4.464, Lei Suplicy já citada. Chama a atenção o fato de que tanto a Comissão eleitoral quanto todas as mesas compostas no dia da votação, deveriam contar com um docente, que deveria acompanhar e validar o processo. A USM contou naquele ano com 13 mesas, sendo elas localizadas nos seguintes cursos ou faculdades: Direito, Economia, Belas Artes, Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Teologia, Filosofia Imaculada Conceição, Filosofia da USM, Engenharia, Agronomia e Veterinária.

Os alunos interessados em se candidatar à presidência e vice presidência do DCE da USM deveriam realizar a inscrição 5 dias antes da eleição. Para tanto, era necessário preencher um requerimento contendo nome, cargo, Escola ou Faculdade e série. Além disso, “o requerimento deverá ainda ser acompanhado de certidão passada pelo Diretor ou Secretário da Escola ou Faculdade respectivos dizendo não estar incurso nas proibições da lei 4.464”¹⁰⁷. O

Pais e Mestres do G. E. junto ao Patronato Antônio A. Ramos, Colégio Sant’Anna, Conselho Comunitário de Santa Maria, Ginásio N. S. de Fátima, Escola Normal e Ginásio Medianeira, Educandário São Vicente de Paulo, Secretário Municipal de Educação, Colégio Fontoura Olha, Colégio Castro Alves, Grêmio Ferroviário, Sociedade dos Amigos da Vila Leste, Conselho Comunitário de Camobi, Sociedade dos Amigos de Camobi, Comissão da Ação Social da Igreja Metodista Central, Sociedade dos Amigos da Vila Oliveira, Arcebispo Geral da Igreja Episcopal do Brasil, Poncho Verde CTG, Conselho da Comunidade do Rosário, Conselho Comunitário de S. Catarina – Itararé, Conselho Comunitário de Fátima, Sociedade dos Amigos do Bairro Itararé, Conselho Comunitário da Catedral Diocesana, CTG Tropeiros da Querência, Educandário Pão dos Pobres, E. Primária Pão dos Pobres, Conselho Comunitário de S. José do Patrocínio, CPF Piá do Sul. CTG Estância do Mínuano, Associação dos Bancários Católicos, E. N. e Ginásio Coração de Maria, Colégio Santa Maria, Associação de Pais e Mestres do Colégio Santa Maria, Conselho Comunitário da Medianeira, Movimento Familiar Cristão, Vereadores Joaquim Sangoi, Dr. Abílio Dalla Corte

¹⁰⁶ Em anexo.

¹⁰⁷ Arquivo do DCE UFSM, Regimento Eleitoral, 1966

material de inscrição seria ainda analisado pela comissão eleitoral para julgar a validade conforme o regimento e a lei 4.464. Segundo o jornal A Razão, desta eleição saíram vitoriosos Evandro Cloacir Behr como presidente, e Renelli Luiz Rossato como vice.

Segundo atas do Conselho Universitário de 1966/67, Evandro Behr defendeu a gratuidade do transporte para alunos que estudassem em Camobi. Para Lima a gestão de Behr foi muito parecida com a Sarkis, defendendo os estudantes nos conselhos superiores, no entanto “não se verificaram os mesmos atritos com as esquerdas observáveis nos dois anos anteriores.”¹⁰⁸ Ao final da gestão de Evandro Behr já estava valendo o Decreto Aragão, que instituiu eleições indiretas para a representação estudantil.

Art. 7º O D.C.E. será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A., na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade. Art. 16. Nos estabelecimentos de ensino e Universidades em que não foram constituídas representações estudantis em conformidade com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão convocadas eleições. Art. 18. Fica instituída a “Conferência Nacional do Estudante Universitário”, cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial. Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.¹⁰⁹

Após eleições indiretas assumem a direção do DCE USM Nelson Schwertner (presidente) e Mauro Régis de Menezes (vice-presidente), que dão continuidade as gestões anteriores e “agradava tanto às autoridades locais quanto às lideranças mais importantes da Ditadura Civil-Militar.”¹¹⁰ O jornal A Razão do dia 12 de abril de 1968 traz a notícia “Atitude dos estudantes e desenvolvimento da Universidade entusiasma presidente”. A notícia se refere a uma viagem do reitor Mariano da Rocha ao Rio de Janeiro e Brasília, onde participou de reunião com o Conselho Federal de Educação, além de um jantar da Associação Brasileira de Jornalistas (ABI), onde encontrou o presidente Costa e Silva e avaliou a visita desta e de sua esposa a cidade de Santa Maria e a USM.

Fez o Chefe da Nação um importante pronunciamento, concedendo uma entrevista, na qual referiu-se em termos elogiosos a Universidade Federal de Santa Maria, exaltando, inclusive, a atitude de seus estudantes.¹¹¹

¹⁰⁸ LIMA, 2013, p. 89

¹⁰⁹ BRASIL, 1967

¹¹⁰ LIMA, 2013

¹¹¹ Arquivo do DCE. Jornal A Razão, 12 de abril de 1968

Ainda em abril de 1968 o DCE UFSM formava, juntamente com militares e docentes, a Comissão Coordenadora do Projeto Rondon. O projeto era uma iniciativa do governo federal que tinha como objetivo desmobilizar o radicalismo estudantil, atraindo os estudantes com potencial liderança para os valores da Ditadura Civil Militar, conforme tratado no próximo capítulo.

A atuação do DCE UFSM refletiu as contradições liberais elitistas, que podiam ser observadas nas atas dos conselhos universitários e encontros da entidade com “autoridades educacionais e políticas” da época, onde os estudantes democratas buscavam a garantia da representação estudantil e até mesmo teciam críticas ao governo – como se verá em documento do DEE apresentado nos próximos capítulos. Por outro lado a direção do DCE exercia censura a esquerda, esperando manter o movimento livre destes militantes e apoiando as políticas de “limpeza” do governo. No capítulo seguinte serão apresentadas as políticas educacionais aplicadas no período da Ditadura e os seus impactos no ensino superior, bem como os reflexos na cidade de Santa Maria.

5. POLÍTICAS EDUCACIONAIS

5.1 Situação das universidades brasileiras em 1964

Em 1964 a necessidade de diferentes reformas estruturais no Brasil era iminente. Entre elas o debate sobre a Reforma Universitária ganhou corpo através do trabalho da UNE e foi assumida entre as “Reformas de Base” propostas pelo governo de João Goulart, e que viria a ser o principal motivo da sua queda. No entanto era consenso na sociedade brasileira que tais reformas eram necessárias, uma vez que o Brasil era tomado por estruturas arcaicas e que impediam seu crescimento. Na educação isso era bastante visível. O que estava em disputa era o modelo que tais reformas teriam.

Para Motta (2014) o golpe de 1964 não foi um movimento antirreformista, mas anticomunista. Parte dos apoiadores do golpe apoiava as reformas, desde que não houvesse perigo de radicalização e de fortalecimento de lideranças revolucionárias. A própria direita aceitava a reforma universitária, entendendo que a universidade necessitava dela para superar certos arcaísmos.

A unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores. Outro problema sensível era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão, em virtude do aumento das taxas de urbanização e do crescimento demográfico nos anos 1950-1960.¹¹²

A estrutura do ensino superior vigente em 1960 começou a ser formada no século XIX, mas o modelo aplicado até os anos 1960 era fruto da reforma feita em 1930 pelo ministro da Educação Francisco Campos. Essa reforma visava a ampliação do ensino superior, além de fomentar reflexões criativas e a pesquisa científica, indo além das áreas tradicionais: direito, medicina e engenharia. No entanto, a maioria das universidades fundadas nesse período não passavam de agregados dispersos de faculdades que não conseguiam implementar novos cursos e laboratórios, nem fugir dos cursos tradicionais. Para suprir a falta de pesquisa no ambiente universitário criaram-se alguns centros de pesquisa, como o CBPF¹¹³, no Rio de Janeiro.

¹¹² MOTTA, 2014, p. 13

¹¹³ Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Tais universidades tinham uma estrutura frágil, e muitas vezes se resumiam a um amontoado de faculdades, que tinham total autonomia – inclusive orçamentária, o que reduzia imensamente o poder do reitor. Muitas vezes o processo seletivo era descentralizado, organizado pelas faculdades individualmente. Outro problema recorrente era a duplicidade de cursos em uma mesma universidade, resultado dessa individualidade presente nas faculdades e centros de ensino, o que gerava também duplicidade de gastos.

A estrutura básica das universidades dava-se em torno de professores catedráticos, que eram docentes prestigiados e bem-remunerados, com total poder na sua área de saber. Estes tinham total autonomia para selecionar seus assistentes, professores e pesquisadores, além de definir os programas de ensino. As estruturas decisórias – congregações e conselhos - eram igualmente controladas pelos catedráticos. Seus cargos eram vitalícios. Tal estrutura dava muito poder aos catedráticos, e gerava, não raro, casos de nepotismo. Esses sistemas, em geral, impediam a produção do conhecimento e da pesquisa científica. Os docentes mais jovens, desprovidos do poder dos catedráticos, ao contrário destes, eram mal remunerados e pouco reconhecidos, sendo assim obrigados a acumular aulas em diferentes instituições. Tal falta de valorização resultava em pouca produção de pesquisa e conhecimento, bem como em professores ausentes e desmotivados.

Entre 1940 e 1960 foi evidente o aumento de vagas nas instituições de ensino superior. Mas o aumento não acompanhou a demanda, que cresceu em função do surto industrial, urbanização e explosão demográfica. Os estudantes eram aprovados nos exames promovidos pelas faculdade, no entanto o número de aprovados era superior ao de vagas, surgindo assim o “excedente”, que apesar de aprovado não poderia ingressar no ensino superior. Em um recorte do jornal *A Razão* guardado no arquivo do DCE da UFSM, percebe-se que esse era um problema em Santa Maria. A notícia, de 1968, mostra um protesto realizado na Praça Saldanha Marinho, exigindo o aumento de vagas na cidade ou a criação da Faculdade de Medicina de Passo Fundo, e tem como resposta de Leovegildo Leal de Moraes, diretor da Faculdade de Medicina, a impossibilidade da criação de novas vagas, pelo menos até a transferência do curso para o campus, então em construção, em Camobi.¹¹⁴

¹¹⁴ Arquivo do DCE. Jornal *A Razão*, 30 de março de 1968



Foto 2 Leal de Moraes: não há excedentes na faculdade de medicina da UFSM

A necessidade de uma reforma universitária era evidente, tanto para a esquerda quanto para os apoiadores do golpe. A disputa se daria em torno do modelo a ser adotado. Os primeiros defendiam uma universidade crítica, popular e democrática, chamando a atenção para a “greve do 1/3”, realizada em 1962, que exigia paridade na distribuição dos conselhos e outros espaços deliberativos, e que teve grande adesão em diversas universidades. A frente dessas mobilizações estava a UNE, que organizou campanhas de alfabetização e cultura popular (Centro Popular de Cultura da UNE), bem como encontros e seminários a respeito da reforma universitária. Até 1964 aconteciam as Caravanas da UNE, com o objetivo de rodar o Brasil realizando discussões sobre a finalidade e o modelo de educação apropriado.

No início dos anos 1960 surge a Universidade de Brasília (UnB), seguindo uma nova proposta de modelo de educação. A UnB era formada por 8 institutos ligados as áreas científicas básicas, e complementados por faculdades de formação profissional; não possuía catedráticos em sua estrutura e pagava bons salários aos professores, bem como regime de tempo integral;

para aprofundar a pesquisa implementou-se cursos de pós-graduação, simultaneamente aos cursos de graduação; além da adoção do sistema de créditos por disciplina, flexibilizando o modelo de turmas anuais. O modelo aplicado a UnB serviria de base para a reforma universitária proposta pelo governo de Jango, juntamente com outras políticas, como o aumento de verbas, um plano quinquenal para o CNPq e o aumento de vagas – de 100 mil em 1961 para 140 mil em 1964.

À direita (incluindo os liberais), a intenção não era reforma as universidades em qualquer sentido “popular”, mas torna-las mais eficientes e produtivas, visando à formação de quadros para o desenvolvimento econômico e a administração pública. Bem ao contrário do projeto da esquerda estudantil, aqui a mudança teria propósito de atrasar o “carro da revolução”, pois a modernização era pensada nos termos das ciências sociais norte-americanas, ou seja, no sentido de superar as carências do país a fim de podar o ímpeto revolucionário.¹¹⁵

Havia também resistência às reformas entre os vitoriosos do golpe, principalmente entre os catedráticos que haviam apoiado os militares durante a tomada de poder. A extinção das cátedras e o enfraquecimento das faculdades tradicionais incomodavam aqueles que tinham interesses nesse modelo. Outros, embora aceitassem reformas, tinham ressalvas aos modelos propostos pelo Conselho Federal de Educação, como era o caso do reitor da UFSM, Mariano da Rocha. Em outra matéria do Jornal A Razão encontrada no arquivo do DCE o reitor declara que “universidade não é boa se necessita de reformas”, defendendo a autonomia de decisão das universidades individualmente, e citando o modelo de Santa Maria por ele aplicado, onde a centralização do poder em volta da figura do reitor era eminente¹¹⁶. Ele coloca ainda:

Repetidas vezes tenho afirmado nas sessões do Conselho Federal de Educação que a Universidade brasileira não pode ser “um pão de forma”. Precisamos que se processem experiências distintas nos diferentes estabelecimentos do país para que possam ser comparados os resultados.

A necessidade de uma reforma universitária era clara, a questão em disputa era o modelo. Nas próximas páginas a discussão será acerca do modelo adotado e aplicado nos anos 1960 e 1970, e suas repercussões.

5.2 As políticas educacionais da Ditadura

¹¹⁵ MOTTA, 2014, p. 70

¹¹⁶ Arquivo do DCE, jornal Correio do Povo, 27 de julho de 1968

As políticas educacionais aplicadas no ensino superior brasileiro durante dos 20 anos de Ditadura Civil Militar foram referenciadas no modelo universitário de países desenvolvidos, com destaque para os EUA. A modernização conservadora que se deu implicou em: “racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação.”¹¹⁷

No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon.¹¹⁸

Mesmo entre os apoiadores do golpe o modelo de reforma universitária não era consenso, visto que estes compunham desde a direita ultra conservadora até liberais elitistas. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)¹¹⁹, uma das instituições criadas para embasar o golpe de 1964 e derrubar João Goulart, procurava também interferir e moldar as políticas educacionais do governo Castello Branco, defendendo um modelo liberal norte-americano.

No segundo semestre de 1964 o IPES organizou um simpósio visando debater o modelo universitário. Predominou ali a defesa dos valores liberais norte-americanos, em detrimento ao que chamaram de “populismo”, que estaria em vigor nas universidades brasileiras. Foram defendidas mudanças que levassem a profissionalização, tendo como modelo as instituições norte americanas. Segundo Saviani (2008) o “documento básico” do simpósio defendia o desenvolvimento econômico através da educação. O documento seguia a “linha dos novos estudos de economia da educação, que consideram os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e da renda.”¹²⁰

¹¹⁷ MOTTA, 2014, p. 15

¹¹⁸ MOTTA, 2014, p. 15

¹¹⁹ “Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, com estatutos registrados em 9 de dezembro de 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo que, rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras dos outros estados. Dirigido por um comitê nacional, um conselho orientador, um comitê diretor e um outro executivo, sua sede localizava-se no edifício Avenida Central, no Rio de Janeiro. Sua principal função era integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter o “avanço do comunismo soviético no Ocidente.” Catálogo de Filmes do Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. Arquivo Nacional. Disponível em

<<http://www.portal.an.arquivonacional.gov.br/media/Ip%C3%AAs%20filmes%20%20final%2013%20nov.pdf>>

¹²⁰ SAVIANI, 2008, p. 295

Para Cunha¹²¹ o problema da educação superior era estratégico para a ditadura por dois motivos principais:

O primeiro motivo era econômico, uma vez que a expansão do sistema de ensino superior, através do aumento do número de vagas – em especial nas áreas consideradas prioritárias pelo governo – poderia contribuir para o desenvolvimento nacional ao abastecer o mercado de trabalho com mão-de-obra qualificada e necessária para a implantação do modelo econômico defendido pelo governo. O segundo motivo era político: sendo intensa a mobilização, no período imediatamente anterior ao golpe, de diversos setores da sociedade – especialmente o movimento estudantil – a implantação de uma reforma universitária poderia contribuir para aliviar a pressão social nesse nível de ensino.¹²²

O primeiro ministro da Educação da ditadura, Luiz Antônio da Gama e Silva, ficou apenas duas semanas no cargo. Assume então Flávio Suplicy de Lacerda, cujas políticas basearam-se principalmente na repressão. Realiza a “Operação Limpeza”, destinada a retirar “subversivos e corruptos” das universidades brasileiras logo após o golpe de 1964. Professores e estudantes foram perseguidos, o movimento estudantil monitorado, as entidades de representação reformuladas, de modo que o controle pudesse ser facilitado. Foram criadas novas entidades – Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) e Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), que fossem dóceis aos olhos da ditadura. No entanto o modelo repressivo de Suplicy de Lacerda trouxe poucos resultados, e críticas dos apoiadores liberais, que esperavam mudanças efetivas nas instituições de ensino.¹²³

Por um curto período de tempo, após a saída de Suplicy de Lacerda, o MEC esteve sob a direção de Pedro Aleixo, filiado à recém criada Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sua gestão é de apenas 6 meses, sendo substituído por Raimundo Muniz de Aragão que já vinha exercendo funções no ministério. Aragão foi fundamental para a aprovação de diversos projetos em andamento na área educacional, entre eles o da Reforma Universitária. Na Constituição de 1967 foram incluídos dispositivos que permitiam a cobrança de taxas e retiravam o compromisso do governo com gastos mínimos na área da educação.

Em março de 1967 assume Tarso Dutra, que será ministro da educação até 1969. O período da sua gestão é marcado por tensão, manifestações estudantis, os problemas herdados com o Acordo MEC-Usaid, que se tornaram não apenas educacionais, mas também diplomáticas, tornando-se um ponto espinhoso da relação Brasil-EUA.

¹²¹ 2009

¹²² CUNHA, 2009, p. 131

¹²³ MOTTA, 2014

O período de 1964 a 1967, no que toca às universidades, foi uma fase de espera e ansiedade em relação aos rumos que o regime militar iria adotar, se haveria ou não reforma, que natureza ela teria. O ano de 1968 foi o momento da decisão, quando, em meio ao aguçamento da crise política, o comando militar decidiu-se por implantar efetivamente uma reforma, levando as autoridades educacionais a reboque.¹²⁴

Em 1965 ocorre a uniformização da nomenclatura das universidades públicas. Através da Lei nº 4.759 exigiu-se que todas as universidades ligadas ao governo deveriam adotar a palavra “federal” no nome, expressando a vontade de centralização do poder da ditadura. Para além das medidas simbólicas, foram ampliadas as relações de política externa das universidades, criando programas que levassem estudantes e docentes brasileiros ao exterior e vice versa. O país de preferência para tais intercâmbios era, sem sombra de dúvida, os Estados Unidos da América. Nesse contexto surgem os Acordos MEC-Usaid, objeto de análise do próximo tópico.

Os liberais criticavam também a forte tradição humanista das universidades brasileiras, que se dedicavam a pesquisa da “ciência pura”, entendendo que a ênfase deveria ser o ensino tecnicista, formando profissionais para atender as necessidades da indústria e das atividades produtivas. Saviani¹²⁵ chama esse modelo de “concepção produtivista de educação”. Segundo o autor essa concepção ganhou força ao ser imposta pela Ditadura quando incorporada pela legislação do ensino “na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade”.

5.2.1 Reforma Universitária e o Acordo MEC-Usaid

No início da ditadura o MEC contratou Rudolph Atcon como consultor. Grego, mas naturalizado americano, Atcon era especialista em planejamento e gestão universitária, principalmente na América Latina. O consultor visitou doze universidades brasileiras, em diferentes regiões, para realizar um diagnóstico da situação do ensino superior. O resultado foi um relatório com propostas para a reforma do sistema universitário, que foi publicado em 1966 pelo MEC. Entre as propostas estavam a “centralização administrativa, profissionalização da

¹²⁴ MOTTA, 2014, p. 75

¹²⁵ 2008

gestão das universidades, criação de departamentos, maior autonomia em relação ao Estado, diversificação das fontes de recursos”¹²⁶

No cenário internacional a Revolução Cubana (1959) levou os Estados Unidos da América (EUA) a voltar seus olhos para a atuação na América Latina, tendo o Brasil como principal foco. MOTTA¹²⁷ nos mostra que “em resposta a Cuba e ao perigo que ela representava para seus interesses Washinton lançou amplo programa voltado para a modernização econômica e social”. O principal projeto era a Aliança pelo Progresso, utilizado na campanha eleitoral de John Kennedy e implementado a partir de 1961. Este projeto tinha como objetivo “injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário de acordo com o figurino das teorias da modernização.”¹²⁸ Nesse contexto a educação recebeu atenção especial, pelo seu caráter de influência na formação dos valores pessoais e políticos.

Desde 1964 os EUA já vinham investindo na educação superior brasileira, através de projetos com financiamento americano acertados diretamente com as universidades e dedicados principalmente as áreas de estudo da agricultura. Foi criado o Conselho de Universidades dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Rural Brasileiro¹²⁹, com o objetivo de facilitar trâmites entre as universidades americanas e brasileiras, incentivando o intercâmbio de professores e estudantes, bem como o investimento em laboratórios de pesquisa. O interesse norte-americano se justifica em função da importância dos empreendimentos agrícolas na região de Meio-oeste do país. O Brasil, neste contexto, torna-se a região de testes para pesquisas agrícolas em regiões com clima tropical e subtropical, além de espaço de treinamento de jovens doutores e pesquisadores, que realizavam intercâmbios com o objetivo de adquirir experiência de trabalho.

Os acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency International for Development* (Usaid)¹³⁰ foram cercados de segredos e documentos declarados como secretos e ultra secretos. O primeiro, firmado ainda em 1964, foi o Acordo para o Aperfeiçoamento do Ensino Primário e teve como finalidade “assistir os Conselhos e

¹²⁶ MOTTA, 2010, p. 77

¹²⁷ 2014, p. 112

¹²⁸ MOTTA, 2014, p. 112

¹²⁹ *Council of US Universities for Brazilian Rural Development*

¹³⁰ Para coordenar a aplicação do projeto modernizador encampado pela administração de John F. Kennedy, sobretudo os programas vinculados à Aliança para o Progresso, foi criada em 1961 a *United States Agency for International Development*, a Usaid [...] A Usaid tomou o lugar de outra agência anterior, a *International Cooperation Administration* (ICA), que desde 1954 gerenciava projetos financiados pelo governo americano em outros países. MOTTA, 2014, p. 115

Secretarias Estaduais de Educação no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino”¹³¹.

Segundo Motta¹³² a Usaid, bem como outros órgãos que a antecederam, atuavam na educação brasileira desde os anos 1950. Entretanto, após a vitória do golpe as operações aumentaram em larga escala. Tal atuação rendeu a assinatura dos Acordos MEC-Usaid, em 1965, sendo programas ambiciosos de modernização do sistema educacional brasileiro, incluindo neste saldo as universidades e o ensino superior. “Os acordos previam tradução e publicação de livros, reestruturação de programas de ensino, planejamento da reforma da educação superior e também auxílio para mudanças nos níveis elementares de educação”¹³³.

O primeiro acordo para o ensino superior foi acertado em 1966, por Raymundo Moniz de Aragão (Ministério da Educação e Cultura), Faria Góes (Representante do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica), Harlan Harrison (representante da USAID/Brasil), sobre a “Assessoria Para Modernização da Administração Universitária”¹³⁴. O serviço oferecido seria a prestação de assistência à 18 universidades brasileiras, entre públicas e privadas.

Os projetos relacionados às universidades chamaram maior atenção, entre eles o convênio para planejamento e reestruturação do sistema, que por buscar propor novo modelo universitário para o país, foi encarado como insidioso plano de controlar, privatizar e desnacionalizar o ensino superior. [...] No entanto, levando em conta o contexto político, em um regime militar apoiado pelo governo dos Estados Unidos, a reação contrária à ingerência estrangeira na política educacional tinha sobradas razões. Sobretudo porque os Estados Unidos não queriam apenas ajudar na modernização, eles desejavam também influenciar na política brasileira, disseminar os seus valores e dar o tom na reforma universitária.¹³⁵

Analisando o contrato percebe-se que o Brasil teve desvantagem no acordo, uma vez que deveria arcar com a maior parte dos custos – salário de pessoal, pagamento de bolsistas e estrutura logística. Enquanto a Usaid se comprometia em fornecer os consultores que seriam necessários para proporcionar a assistência técnica, além de realizar seminários e custear os treinamento de 40 bolsistas – pessoas que ocupavam posições chave na administração – nos Estados Unidos, tudo isso “dependendo da disponibilidade de recursos”, ao contrário do Brasil.¹³⁶ Seriam as atribuições brasileiras:

¹³¹ LIRA, 2010

¹³² 2014

¹³³ MOTTA, 2014, p. 77

¹³⁴ LIRA, 2010, p. 214

¹³⁵ MOTTA, 2014, p. 120

¹³⁶ LIRA, 2010, p. 215

1. Coordenar a participação no Projeto de aproximadamente 18 universidades brasileiras, federais, estaduais, ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID. 2. Providenciar o pessoal, cobrir as despesas de viagem e serviços administrativos (tais como intérpretes, secretárias, etc.), necessários ao planejamento, coordenação e realização da série de seminários destinados a apresentar novas técnicas de administração a líderes de universidades brasileiras selecionadas. Prevê-se a realização de cinco seminários durante o período do convênio, em diferentes cidades do Brasil. 3. Providenciar o custeio das despesas de transporte, diárias e outras relativas aos serviços dos consultores da USAID, dentro do projeto, quando de suas viagens pelo Brasil para consultoria de instituições determinadas. Prevê-se que cada universidade custeará, na medida do possível, as despesas com o consultores da USAID que lhes estiverem prestando serviços de consultoria. Estas despesas incluirão transporte, diárias, serviços auxiliares (tais como intérpretes, secretárias e outros) e serão acordadas através de arranjos prévios entre a Universidade, a Diretoria e a USAID. A Diretoria assumirá plena responsabilidade pela coordenação desses arranjos bem como suplementará os recursos das universidades, desde que julgado necessário e conveniente. 4. Providenciar para que os salários do pessoal brasileiro de administração universitária, que for selecionado para o treinamento de curta duração nos Estados Unidos ou em outros países, totalizando um máximo de 40 pessoas, sejam mantidos por suas respectivas instituições durante o período de treinamento no estrangeiro. A Diretoria, em casos especiais, poderá suplementar recursos da universidade para este fim, desde que possível e julgado necessário, e também de acordo com arranjos prévios entre a universidade em questão e a Diretoria.¹³⁷

O interesse político dos EUA no Brasil justificava todo o investimento na área de educação¹³⁸. Os contratos assinados exigiam do governo brasileiro a devida divulgação dos projetos, seu andamento e, principalmente, as vantagens que o modelo americano a ser aplicado traria para o povo brasileiro. O grande objetivo do investimento era ganhar a simpatia da opinião pública brasileira, dificultando o crescimento dos simpatizantes do socialismo e do comunismo, pautando as reformas necessárias e aplicando a elas modelos que serviram bem as políticas liberais americanas. A educação era área estratégica nesse sentido, uma vez que as escolas primárias e universidades são responsáveis pela formação de opinião dos jovens brasileiros.

Para Motta¹³⁹ o primeiro interesse norte americano em relação ao Brasil era de natureza política, assim não deve surpreender que a atuação na área educacional tenha se pautado nesse sentido. “Antes de 1964, líderes políticos ou professores tidos como não confiáveis tiveram dificuldade de acesso aos dólares da AID.”¹⁴⁰

Assim sendo, a grande preocupação norte-americana era a imagem do país no Brasil. O antiamericanismo e o antimperialismo eram bandeiras dos movimentos sociais mesmo antes do

¹³⁷ ALVES, Márcio Moreira. **O be-a-bá da USAID**. Rio de Janeiro: Ed. Gernasa, 1968.

¹³⁸ Nos programas da Usaid, maior ênfase foi conferida aos projetos sociais, com destaque para a educação, que recebeu recursos financeiros superiores ao orçamento da área de segurança. (MOTTA, 2014, p. 112)

¹³⁹ 2014

¹⁴⁰ *Agency for International Development*

golpe. O próprio golpe foi interpretado como fruto de manipulação dos EUA – fato que pode ser comprovado com a existência e o acesso à diversos documentos, que mostram a importância da interferência norte-americana na construção do cenário perfeito para o golpe e a ascensão dos militares ao poder¹⁴¹. Após 1964, quando a interferência norte americana se intensificou, aumentaram também as manifestações nacionalistas – mesmo dentro do governo militar. Castello Branco, primeiro presidente militar após o golpe, fez questão de abrir as portas brasileiras ao investimento americano, escancarando a influência ideológica. “Ainda durante o governo Castello Branco, foram firmados acordos em diversas áreas no âmbito do ensino e treinamento, entre o MEC e a Usaid, animados pela Aliança Pelo Progresso. Todos os níveis de educação foram atingidos por estes acordos.”¹⁴²

Em junho de 1965, contrariando os americanos, o Brasil não divulga a assinatura dos acordos com a Usaid com medo da reação pública. Segundo Motta¹⁴³ os americanos desejavam dar publicidade aos acordos “já que parte da motivação para gastar os dólares era seduzir a opinião pública brasileira. Porém, as autoridades nacionais evitaram divulgar os acordos, por temor de afrontar a sensibilidade nacionalista.”

Em 1966, com a denúncia do acordo, a tensão aumentou e a onda de antiamericanismo cresceu. Em novembro é promulgado o Decreto-Lei nº 53, lançando as bases da reforma universitária. A proposta do decreto era a reorganização da estrutura da universidade, visando a racionalização de recursos humanos. Exemplo disso foi a criação da subunidade Departamento nas universidades.

Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos, cujos chefes constituirão na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

1º o departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didática-científica e de distribuição de pessoal.

2º o departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa, ficando revogadas as disposições contrárias contidas no parágrafo único do art. 3º e no caput do art. 22 e seu (inciso)1º da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

3º Compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professores e pesquisadores, segundo as especializações.¹⁴⁴

¹⁴¹ Documentário “O dia que durou 21 anos”, de Camilo Galli Tavares. 2012.

¹⁴² LIRA, 2010, p. 217

¹⁴³ 2014, p. 126

¹⁴⁴ BRASIL, Decreto-Lei nº 53, 1966

Segundo SAVIANI¹⁴⁵ a divisão entre curso e departamento se deu sob o argumento de que “devendo a universidade fundar-se na unidade do ensino e da pesquisa, era necessário desenvolver a pesquisa, reunindo e conjugando os esforços dos professores preocupados com a mesma área de conhecimento”. Ao curso caberia definir o currículo, sendo na prática o elenco de disciplinas oferecidas e sua distribuição – as disciplinas são oferecidas em três modalidades: obrigatórias, optativas e eletivas.¹⁴⁶

Em maio do ano seguinte Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura; Faria Góes, representante do governo brasileiro para Cooperação Técnica; A. Almeida Jr, Conselho Federal de Educação e Willian Ellis, Usaid/Brasil assinaram o convênio “De assessoria ao planejamento do Ensino Superior”, firmando entre o MEC e a Usaid¹⁴⁷. O convênio era fruto da Aliança pelo Progresso, e previa assessoria técnica para a realização da reforma universitária no Brasil, seguindo moldes de outros países, onde aparentemente tais reformas haviam trazido bons resultados.

Ao final do ano foi instituída uma comissão, cujo objetivo era levantar informações sobre a situação do ensino e as causas da crise, o resultado foi o “Relatório Meira Matos”. O relatório levava o nome do seu chefe, Coronel Meira Matos da Escola Superior de Guerra. Também compunham a comissão os professores Hélio de Souza Gomes, Jorge Boaventura e Waldir Vasconcellos do Conselho de Segurança Nacional, e outros agentes.¹⁴⁸ Ao final dos trabalhos o relatório avaliou como grave a situação do magistério, além de criticar a estrutura do MEC, o que levou a recomendações que indicavam a centralização do ensino, sugerindo o controle total do governo sobre as universidades através da indicação direta de reitores e diretores.

A partir de 1967 o debate em torno dos acordos MEC-Usaid e da interferência americana se intensificaram ainda mais quando a UNE se envolveu na discussão e eventos foram organizados. Além de passeatas, pichações, comícios e até mesmo bombas caseiras lançadas contra as sedes da Usaid em diferentes cidades do país, queimar bandeiras americanas se tornou rotina no Brasil. Segundo LIRA¹⁴⁹ “apesar da onda de violência política e repressão sobre suas

¹⁴⁵ 2008, p. 303

¹⁴⁶ SAVIANI, 2008, p. 303

¹⁴⁷ LIRA, 2010, p. 218

¹⁴⁸ LIRA, 2014, p. 251

¹⁴⁹ 2010, p. 218

entidades, os estudantes realizaram no fim do ano de 1967 uma jornada de manifestações contra os acordos MEC-Usaid e contra a política educacional.”

Na Constituição aprovada em janeiro do mesmo ano o governo militar elimina a vinculação orçamentária que constava nas constituições de 1934 e 1946, que exigia da União, dos estados e dos municípios destinassem um percentual mínimo de recursos para a educação. Esse percentual era de 12% para a União e 20% para estados e municípios.¹⁵⁰

Em consequência da exclusão do princípio da vinculação orçamentária, o governo federal foi reduzindo progressivamente os recursos aplicados na educação: desceu de 7,6% (em 1970), para 4,31% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5,2%. Assim, liberado da imposição constitucional, o investimento em educação por parte do MEC chegou a aproximadamente um terço do mínimo fixado pela Constituição de 1946 e confirmado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961.¹⁵¹

As manifestações estudantis cresceram e atraíram a atenção da mídia impressa, que dividiu opiniões. Alguns jornais defenderam os investimentos americanos, outros rejeitaram a interferência, exaltando a soberania nacional. Segundo Motta¹⁵² alguns diários atacaram o que consideravam excesso de nacionalismo e exaltaram as vantagens do acordo, enquanto outros criticavam, inclusive em seus editoriais, que expressavam a opinião de seus donos e não apenas de jornalistas. O Congresso Nacional também se manifestou. Jovens deputados eleitos pelo MDB mostraram opiniões contrárias aos acordos, aproximando suas colocações do que se via nas ruas. “A onda de protestos levou os representantes americanos a concluir que seu envolvimento nos assuntos brasileiros atingira níveis perigosamente elevados, o que aumentava sua exposição e, conseqüentemente, os riscos.”¹⁵³

Nesse contexto, os acordos MEC-Usaid tornaram-se a principal bandeira das denúncias contra o imperialismo, embora agências americanas atuassem nas mais diferentes áreas. Protestos e críticas começaram timidamente, em 1965, mas foram aumentando de intensidade com o passar dos anos, gerando dissabores para os diplomatas americanos e crises no seu relacionamento com o governo brasileiro.¹⁵⁴

Em 28 de março de 1968 estudantes cariocas protestavam em frente ao Restaurante Central dos Estudantes, o Calabouço; a Polícia Militar foi chamada para conter os manifestantes

¹⁵⁰ SAVIANI, 2008, p. 298

¹⁵¹ SAVIANI, 2008, p. 298

¹⁵² 2014

¹⁵³ MOTTA, 2014, p. 128

¹⁵⁴ MOTTA, 2014, p. 125

e um conflito se estabeleceu. O primeiro estudante foi assassinado pela Ditadura. Edson Luís de Lima Souto era secundarista e foi baleado pela polícia.

Sua morte gerou comoção em todo o país, e culminou em dois momentos: a Semana Sangrenta e a Passeata dos 100 mil. Na semana da morte se sucederam várias passeatas, em geral reprimidas com violência, que levaram a mais 4 mortes e diversos estudantes presos. No dia 26 de junho aconteceu a Passeata dos 100 mil, articulada por intelectuais e estudantes com amplo engajamento civil e popular. O resultado foi a composição de uma comissão que se reuniu com o presidente Costa e Silva no dia 4 de junho.¹⁵⁵



Foto 3 Velório do estudante Edson Luís

O movimento carioca foi monitorado pelo DCE USM, provavelmente com medo dos possíveis reflexos na cidade. O arquivo da entidade contém vários recortes de jornais do período, colados em papel timbrado e contendo o nome do jornal e data da publicação. Em alguns recortes percebe-se também uma assinatura no verso, sugerindo um controle rígido

¹⁵⁵ “Rota das Passeatas” disponível no site: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo_rotas_100121.swf>. O material é parte do projeto Memórias Reveladas, realizado pelo Arquivo Nacional com o apoio do Governo Federal, que visa promover um resgate da memória do período ditatorial.

daquelas notícias. Sobre a Passeata dos 100 mil o jornal A Razão noticia que “Presidente Costa e Silva agiu com tolerância ao receber a comissão de estudantes”, e destaca que os mesmos não ficaram animados com as notícias sobre a criação de um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. O presidente se mostra bastante decepcionado com a atitude dos estudantes.¹⁵⁶

No dia seguinte a reunião outra notícia chama a atenção. Desta vez o recorte é do Jornal Correio do Povo com a chamada “Proibidas passeatas estudantis em todo o território nacional” e traz parte da nota oficial emitida pelo Ministro da Justiça Luiz Antônio Gama e Silva, onde ele convoca governadores e prefeitos a tomarem as providências necessárias para evitar novas passeatas e manifestações, como é possível perceber no trecho a seguir:

A nação brasileira tem assistido nestes dias, em várias regiões do território nacional, manifestações de rua que, inicialmente, se apresentavam como movimentos da juventude estudiosa, visando pleitear determinadas reivindicações com o objetivo do seu melhor e maior desenvolvimento cultural e, mesmo sua participação mais ativa na vida do país. A lei não confere a quem quer que seja o exercício de tais atividades. Não obstante foram elas toleradas, na certeza de que, bem conduzidas e orientadas, pudessem satisfazer aos anseios dos moços, de cujos ideais e sinceridade se não pode duvidar. Agora, contudo, infiltrados pelos mais variados elementos, tomaram caráter de verdadeira subversão e desafio às autoridades legitimamente constituídas. [...] Tais fatos e circunstâncias nos levam, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, a recomendar a todas as autoridades, especialmente aos senhores governadores dos Estados e dos territórios e ao senhor prefeito do Distrito Federal.¹⁵⁷

Em julho do mesmo ano o presidente Costa e Silva recebe um grupo de estudantes de Santa Maria decididos a convidá-lo para ser paraninfo na sua cerimônia de formatura. Na oportunidade o presidente afirma “Nem todos os estudantes estão contra o governo Só estão contra o governo os que não querem estudar.”¹⁵⁸ Segundo o jornal Correio do Povo o reitor da UFSM Mariano da Rocha esteve em Brasília no mesmo período, onde participou de reunião com o Conselho Federal de Educação(CEF) e encontrou o presidente Costa e Silva para tratar da “expansão da atividade educativa como abertura de caminho no rumo do progresso nacional.”

Na oportunidade o reitor declarou que a “universidade não é boa se necessita de reformas.” De modo a não ser mal interpretado explicou “a Universidade deve ser fonte permanente de todas as reformas”, seguiu criticando o CEF em relação a reforma universitária

¹⁵⁶ Arquivo DCE UFSM. **Pres. Costa e Silva agiu com tolerância ao receber a comissão de estudantes.** (Recorte) Jornal A Razão, 5 de julho de 1968.

¹⁵⁷ Arquivo do DCE UFSM. **Nota oficial do ministro da justiça: proibidas passeatas estudantis em todo o território nacional.** (recorte) Jornal A Razão. 8 de julho de 1968.

¹⁵⁸Arquivo do DCE UFSM. Jornal Correio do Povo, 27 de julho de 1968.

ter um modelo único para todas as universidades. Na concepção do reitor “necessitamos permitir que se processem experiências distintas nos diferentes estabelecimentos do país para que possam ser comparados os resultados.” A boa relação entre as representações estudantis e o reitor também podem ser observadas nessa mesma matéria. Segundo Mariano da Rocha “nossos rapazes não possuem protestos a formular e se integraram na comunidade que criamos.”

159

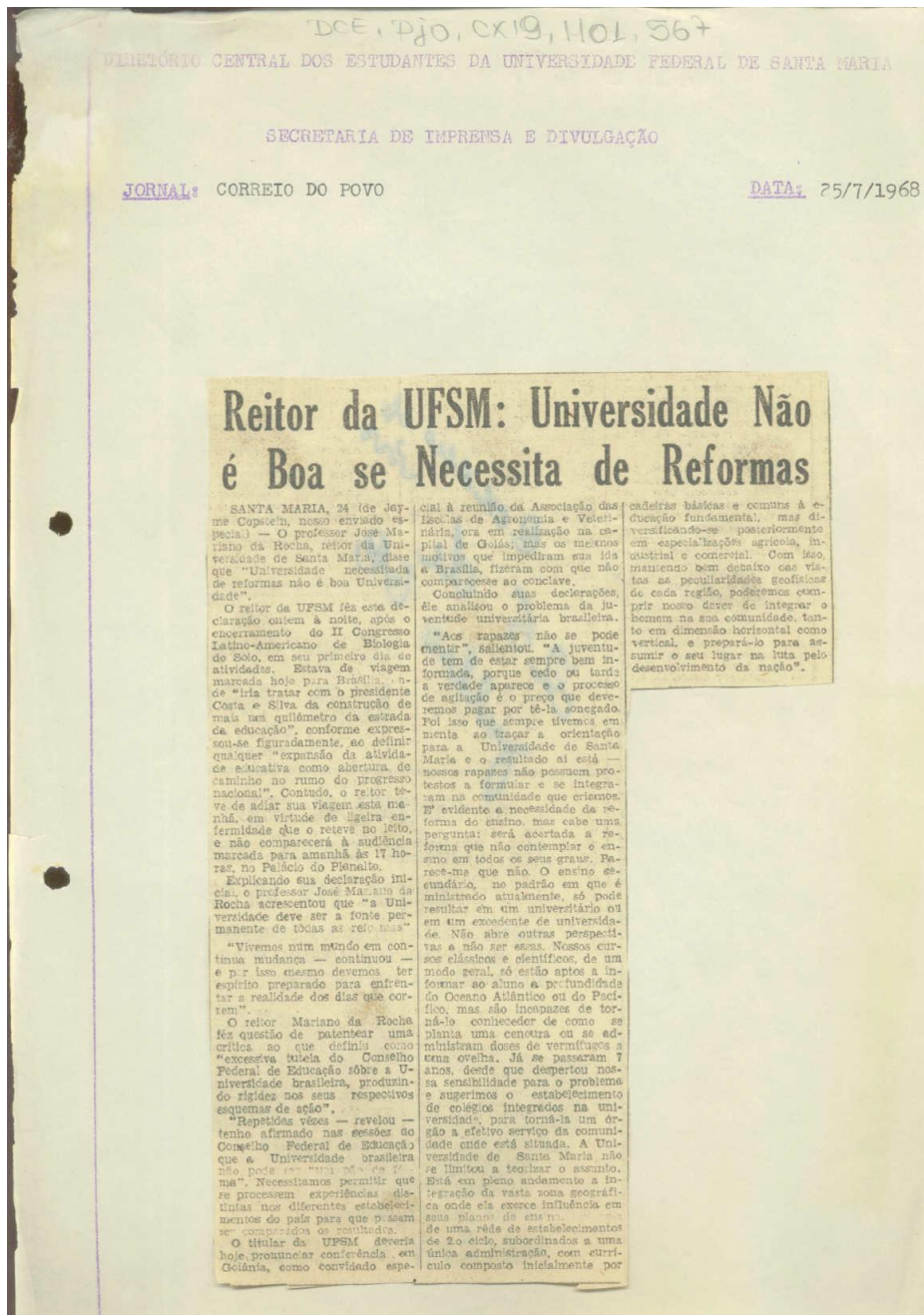


Foto 04: Reitor da UFSM: Universidade não é boa se necessita de reformas.¹⁶⁰

No dia 2 de julho de 1968 foi constituído o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, através do Decreto 62.937. O objetivo do Grupo era “estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos.”¹⁶¹ Em 28 de julho é noticiado pelo jornal A Razão: “Grupo da Reforma Universitária virá a Porto Alegre e Santa Maria”. A notícia diz que o grupo de trabalho seria instalado na UFRGS e da UFSM a fim de colher subsídios para o projeto da reforma universitária. Tarso Dutra, ministro da educação, viria também.¹⁶²

Ainda em julho de 1968 se realizou em Passo Fundo o III Seminário Gaúcho de Reforma Universitária, convocado pela União Estadual dos Estudantes. Os temas do debate giravam em torno da importância da reforma educacional no desenvolvimento brasileiro; organização da educação escolar em diversos níveis; e reforma universitária – estrutura e administração da universidade e autonomia financeira (fundações). Para o evento foram convidados dois estudantes cariocas, integrantes do Grupo de Trabalho sobre Reforma Universitária, a fim de levar ao grupo as opiniões dos estudantes gaúchos.¹⁶³

Ao final dos 30 dias de trabalho foi produzido o anteprojeto da lei da reforma universitária, bem como decretos sobre outros pontos relativos. Para Lira¹⁶⁴ o único avanço efetivo do relatório foi assegurar a presença de representantes estudantes nos colegiados e comissões das instituições de ensino superior. O documento reconheceu a crise universitária, baseada na contestação e no sentimento de frustração no meio universitário, que escancaravam a necessidade de reformas. No entanto, apesar da garantia de representação nos colegiados e comissões, as formas de representação continuavam cerceadas.

A principal recomendação do relatório vinha disfarçada sob o título de “Financiamento de bolsas”, e era a instituição de taxas aos estudantes universitários. Segundo Lira¹⁶⁵ no anteprojeto elaborado pelo GT a cobrança de anuidade não constituía um fundamento da lei, ao

¹⁶⁰ Fonte: Arquivo do DCE UFSM

¹⁶¹ LIRA, 2010, p. 253

¹⁶² Arquivo do DCE UFSM. Jornal A Razão. 28 de julho de 1968.

¹⁶³ Arquivo do DCE. Jornal A Razão. 18 de julho de 1968.

¹⁶⁴ 2010

¹⁶⁵ 2010

contrário de outros pontos avaliados. “É provável que a omissão se deveu à previsível rejeição pelo Congresso Nacional.”¹⁶⁶

A mesma Constituição de 1967 que deixou o Estado livre da obrigatoriedade de repasse mínimo de verbas para a educação demonstrou apoio à iniciativa privada. “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo” diz o §2º do artigo 168. Sendo assim a constituição daquele ano excluiu a vinculação orçamentária de seu texto, além de relativizar o princípio da gratuidade do ensino.

Quando as manifestações contrárias ao acordo MEC/USAID e qualquer interferência norte americana se intensificaram, o governo dos EUA começou a retirar seu pessoal do país, acreditando ser perigoso ter seu nome vinculado a um país denunciado internacionalmente por perseguições políticas. Até 1968, o quadro de pessoal da embaixada americana diminuiu 30%, número que aumentou nos anos seguintes após as denúncias sobre presos políticos torturados. Os norte-americanos temiam sofrer com publicidade negativa.

Para Motta¹⁶⁷ a reação dos EUA em relação à onda antiamericana enfrentada no país e que dificultou a implementação do acordo MEC/USAID dirigiu-se ao governo brasileiro. Na avaliação dos norte-americanos os protestos decorriam da falta de capacidade das autoridades brasileiras, que não sabiam lidar com os opositores de modo eficiente. Havia falta de capacidade de diálogo e excessos repressivos, além de incompetência administrativa. Para os americanos a experiência no Brasil havia sido “um fiasco”.¹⁶⁸

As autoridades norte-americanas criticaram o governo brasileiro, especialmente o MEC e os ministros da educação, pela falta de comprometimento com os projetos, bem como ambiguidade e indecisão. No fundo os americanos esperavam que o governo brasileiro defendesse os acordos, enquanto o MEC realmente não o fez por temer a reação popular.

Costa e Silva assumiu com o apoio de grupos nacionalistas de direita, que também não viam com bons olhos a interferência norte americana na educação. Tais grupos faziam duras críticas ao governo de Castello Branco, no entanto Costa e Silva desejava sua simpatia e seu apoio. Por outro lado, o Estado brasileiro não poderia simplesmente romper acordos internacionais assinados com os EUA. “Para aplacar os descontentes, o segundo governo militar

¹⁶⁶ LIRA, 2010, p. 255-256

¹⁶⁷ 2014

¹⁶⁸ MOTTA, 2014, p. 129

deixou os acordos com a Usaid em banho-maria, sobretudo o que envolvia a reformulação geral das universidades, o mais polêmico e visível.”¹⁶⁹ Em 1967 quatro consultores americanos vieram para o Brasil e o Conselho Federal de Educação (CEF) deveria indicar os brasileiros para compor a equipe. No entanto a indicação foi postergada sob a alegação de dificuldades com o pagamento dos indicados, entre outras.

Assim, em setembro e agosto do mesmo ano os funcionários americanos realizaram uma série de reuniões para reavaliar os projetos brasileiros. Procuravam saídas observando a opinião pública e as tendências do governo Costa e Silva. As opções iam do fechamento dos projetos a revisões.

As reuniões resultaram em documento confidencial de 22 páginas, fundamental para compreender a perspectiva dos americanos sobre o quadro. Esse texto e o relatório entregue à Usaid pelos frustrados consultores, que partiram no ano seguinte, registram o ponto de vista dos Estados Unidos sobre a crise dos acordos MEC-Usaid, revelando um sabor de derrota e decepção. A conduta do MEC mereceu agudas críticas nos documentos, em especial por ter evitado defender publicamente os acordos e “esclarecer” a opinião pública brasileira. Do mesmo modo, censuravam os professores simpáticos aos acordos por omitirem-se de defendê-los, pelo temor de incorrer na ira da opinião nacionalista, em particular dos estudantes.¹⁷⁰

Assim o MEC deixou que os acordos expirassem sem renovar os contratos. Em um recorte de jornal encontrado no Arquivo do DCE UFSM a chamada é “Terminou o acordo MEC-Usaid”. A notícia é de 01 de julho de 1967 e chama a atenção para a tentativa de abertura de diálogo do então ministro da educação Tarso Dutra com os estudantes – a legenda da foto diz “Tarso Dutra esteve na universidade. E houve o diálogo prometido.” A universidade em questão é a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e também participou do referido debate o reitor da UFSM, Mariano da Rocha. A curta explicação abaixo da grande chamada diz que “não haverá renovação do convênio para o setor de ensino universitário.”¹⁷¹

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ MOTTA, 2014, p. 130

¹⁷¹ Arquivo do DCE UFSM, jornal Zero Hora, 01 de julho 1968



Foto 4 Diálogo do ministro com os estudantes

A reportagem segue em outro recorte, com uma descrição dos pontos altos do debate. Chama a atenção o fato de que o reitor da UFSM Mariano da Rocha inicialmente estava apenas acompanhando o ministro Tarso Dutra, seu amigo de longa data, e que foi convidado na última hora pelo presidente do DCE da PUC RS Joaquim de Oliveira Borges a compor a mesa, que já contava com o irmão Roberto, professor da instituição, e com o capitão Jurandir Campos, da Brigada Militar. Na sexta feira anterior uma manifestação estudantil na cidade de Porto Alegre havia acabado de maneira desastrosa, em função da repressão policial, o que explicava o medo da reação estudantil naquele espaço. Consta também na notícia que diversos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) se encontravam no local.

Quando questionado por um estudante sobre o Acordo MEC-USaid e a presença de técnicos estrangeiros no planejamento da educação brasileiro Tarso Dutra é categórico: “Pois o acordo MEC-USaid eu já o encontrei quando fui empossado e foi pelas minhas mãos que ele morreu. Esse acordo está caduco. Está morto, não existe mais.” No mesmo debate o ministro defendeu ainda a transformação das universidades em fundações, proposta da reforma universitária do governo militar, que não passava longe daquilo que os americanos propunham.

Ainda que o Acordo MEC/USAID tenha acabado a ideia de reforma universitária ainda era viva dentro do governo. A concepção produtivista de educação precisava ser instalada nas universidades brasileiras. Em 28 de novembro de 1968 é aprovada a Lei da Reforma

Universitária¹⁷², que viria a ser regulamentada pelo Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. A lei foi promulgada com vetos aos dispositivos que não estivessem em consonância com os ideais da ditadura.

Em maio de 1971 aconteceu em Santo Ângelo o IV Seminário Estadual de Reforma Universitária, promovido pelo Diretório Estadual dos Estudantes. O documento base do evento constitui fonte interessante de observação da postura dos estudantes liberais elitistas – autodeclarados democratas, já que analisa diferentes pontos da educação a nível superior no Brasil, propondo-se a discutir o modelo de reforma que estava sendo aplicado no país, além de programas como o Projeto Rondon, e até mesmo leis que geraram a repressão.

A reforma universitária é um conjunto de leis, decretos-leis e decretos, pareceres, indicações, estruturados de forma harmônica entre si. Porém é mais do que isso. É quase uma filosofia educacional, dado o espírito dos textos legais. À educação estão ligados todos os setores do desenvolvimento, e dela dependem. Não é, portanto, e assim se expressou o Sr. Secretário de Educação, um problema técnico, mas um fato político que deve ser resolvido tecnicamente.¹⁷³

No primeiro parágrafo de texto já é possível observar algumas questões que explicam a controvérsia liberal elitista frente a reforma universitária e o apoio a ditadura. O discurso reproduzido pelo DEE é o mesmo do governo e dos estudiosos norte-americanos que passaram pelo Brasil: a educação como base para o desenvolvimento econômico do país. Porém observa-se a crítica ao secretário de educação, que tratou a reforma como um problema meramente técnico. O diretório se posiciona entendendo como um problema política, mas que deve ser resolvido de maneira técnica.

A seguir serão apresentados os textos legais que regulamentam o ensino superior e a representação estudantil no período, acompanhados de comentários e críticas por parte do DEE. Serão analisados os seguintes textos: Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968; Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967; o Parecer nº 62/69, sobre a situação dos diretórios acadêmicos frente a primeira lei citada; Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. A avaliação do DEE é que as leis levaram a desvalorização das entidades estudantis. Nota-se que os estudantes democratas tinham interesse na existência e participação ativa da comunidade acadêmica no Movimento Estudantil, embora esperassem que o mesmo não convergisse a esquerda.

¹⁷² BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

¹⁷³ Arquivo do DCE UFSM. IV Seminário Estadual de Reforma Universitária. Diretório Estadual dos Estudantes, RS. Maio de 1971

Urge a manifestação dos estudantes. Urge comprovar às autoridades o papel profundamente cívico das instituições universitárias. Escola de liderança, o Diretório Acadêmico, núcleo do movimento universitário, é indispensável. Negá-lo é comprometer toda a estrutura democrática do país. Deve-se salientar, porém, que é justa a preocupação das autoridades quando desvirtuam-se os fins a que se destinam os Diretórios Acadêmicos.¹⁷⁴

O documento critica fortemente o Decreto nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, que cria dispositivos legais para a punição e o afastamento de estudantes acusados de “subversão”. Segundo a entidade o decreto promovia a insegurança no ambiente acadêmico, uma vez que não tipificou legalmente o termo “subversão”, sendo assim qualquer infração, por menor que fosse, poderia resultar em afastamento do estudante, bem como a impossibilidade de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino por 3 anos.

Tentar isolar o estudante que critica o que ele, muitas vezes enganado, pensa estar errado, é atitude, além de impopular, destinada ao fracasso. Cooperar com ele, discutir com ele, ouvir duas reivindicações, desde as específicas, curriculares, até as políticas, sociais e econômicas, é preparar o caminho para a eficaz participação no desenvolvimento nacional. Se existem no meio estudantil líderes estéreis e histéricos, não cabe ao governo decidir, e sim aos estudantes democratas, confiantes nos ideais da Revolução. A reforma universitária está trazendo a Revolução de abril de 1964 até nós, universitários.¹⁷⁵

O documento debate ainda outras questões abordadas na reforma universitária e é claro o apoio as políticas que resultariam na privatização do ensino, como o financiamento da educação superior, através de empréstimo a longo prazo junto a bancos. “Os dirigentes da entidade consideram boa a iniciativa; o empréstimo escolar é um bom negócio” afirma o documento. A entidade também defende a parceria entre a universidade e empresas privadas, seja com ajuda para o financiamento da educação, seja na contratação de estudantes na forma de estagiários, através das “bolsas trabalho”.

Assim ficam evidentes as contradições no Movimento Estudantil do Rio Grande do Sul frente as políticas modernizantes-conservadoras do governo militar. No próximo tópico será tratado o Projeto Rondon, outra política do governo civil militar com o intuito de aumentar o apoio da juventude.

¹⁷⁴ Arquivo do DCE. IV Seminário Estadual de Reforma Universitária. Diretório Estadual dos Estudantes, RS. Maio de 1971.

¹⁷⁵ Arquivo do DCE. IV Seminário Estadual de Reforma Universitária. Diretório Estadual dos Estudantes, RS. Maio de 1971.

5.2.2 Projeto Rondon

O Projeto Rondon foi criado com o objetivo de desmobilizar as articulações da esquerda estudantil dentro das universidades. “Um projeto que atraísse os jovens para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas e militares.”¹⁷⁶ Para além disso o projeto visava interiorizar a modernização desenvolvimentista que se estabeleceu no Brasil naquele período. As atividades envolviam a realização de práticas assistenciais nas comunidades carentes do interior do país.

A ideia do projeto surgiu em 1966 no Seminário de Educação e Segurança Nacional que aconteceu em parceria com a Universidade do Estado da Guanabara(UEG). Em julho de 1967 o primeiro grupo de alunos da referida universidade parte acompanhados de dois professores para Rondônia. O convênio envolvia a UEG, o Ministério do Interior e o 5º Batalhão de Engenharia do Exército. Chama a atenção no projeto a vinculação militar, embora o governo tenha afirmado que o nascimento do mesmo se deu nas universidades. O apoio das forças armadas foi essencial para o deslocamento do contingente de estudantes mobilizados. A Operação Rondon II, que aconteceu em janeiro de 1968, teve 20 mil candidatos disputando as 300 vagas disponibilizadas.

O lema “Integrar para não entregar” brincava com o nacionalismo, difundido após o crescimento das ideologias antiamericanas, atraindo a simpatia até mesmo dos estudantes com tendências a tornarem-se lideranças de esquerda.

O crescimento do Projeto Rondon atingiu níveis exponenciais no primeiros anos, tanto em número de envolvidos quanto de áreas atingidas. De 29 estudantes mobilizados em julho de 1967 passou-se para trezentos em janeiro de 1968, 3.500 em 1969 e 5 mil em 1970, mas os organizadores anunciavam que a quantidade de inscritos sempre superava as vagas, sendo, em geral, cinco vezes maior.¹⁷⁷

Em abril de 1968 a UFSM recebe a visita do Coronel Mauro Costa Rodrigues, responsável pelas Relações Públicas do Ministério do Exército e Coordenador da Operação Rondon. Para ele “a Operação Rondon visa a integração das Universidades na realidade brasileira, procurando atender a comunidade no seu meio, no seu estado, em sua região e no país, num trabalho de assistência total.”¹⁷⁸ Na oportunidade encontra-se com o presidente do

¹⁷⁶ MOTTA, 2014, p. 88

¹⁷⁷ MOTTA, 2014, p. 92

¹⁷⁸ Arquivo do DCE UFSM. **Os nossos universitários estarão participando do Projeto Rondon.** Jornal A Razão, 5 de abril de 1968.

DCE UFSM Nelson Schwertner. O estudante afirmou ao Jornal A Razão que estaria articulando a vinda de participantes da Operação Rondon I, que realizariam palestras e conferências no sentido de orientar os alunos sobre a participação no projeto.



Foto 5 Os nossos universitários estarão participando do Projeto Rondon

Cerca de 20 dias depois da visita criou-se a Comissão Coordenadora do Projeto Rondon na UFSM, em reunião realizada na sede do DCE UFSM. A comissão foi formada pelos acadêmicos Nelson Schwertner, Elberto Kuplich e Irineu Dotto, e a acadêmica Vera Miorim, além do Coronel Alexandre Amêndola, o Dr. Eliseu Blaya e o professor Ivo Muller.¹⁷⁹ Os acadêmicos santa-marienses chegaram em Rondônia em julho de 1968, conforme uma pequena nota apresentada no jornal A Razão.¹⁸⁰ No retorno do grupo, em agosto, foi realizado um encontro do Presidente da República com cerca de 200 rondonistas (como são chamados os participantes do projeto), sendo um deles orador responsável por dirigir um discurso ao presidente. O discurso, reproduzido na íntegra no jornal Correio da Manhã, dá voz ao

¹⁷⁹ Arquivo do DCE UFSM. **Universidade e Ensino**. Jornal A Razão, 28 de abril de 1968

¹⁸⁰ Arquivo do DCE UFSM. Jornal A Razão, 16 de julho de 1968.

movimento estudantil e critica as políticas de repressão do governo. O presidente enfurecido declara “Abaixo a Ditadura, ditadura que não existe nesse país.”¹⁸¹

Com o aumento de estudantes envolvidos foi necessário também aumentar o aparato militar envolvido no descolamento e acomodação destes. Em janeiro de 1969 a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Marinha foram envolvidas. O projeto criou operações nacionais nos meses de janeiro e fevereiro como forma de facilitar o deslocamento dos estudantes do sudeste para as áreas remotas e fronteiriças do país. Em julho aconteceram expedições regionais. As áreas envolvidas também aumentaram, envolvendo, além da saúde, engenharia, agronomia, veterinária, geociências e outras. “Em meados da década de 1970, o crescimento da empreitada levou à criação da Fundação Projeto Rondon, que chegou a ter seiscentos funcionários. No momento de auge, consta que eram mobilizados cerca de 50 mil estudantes por ano.”¹⁸²

Surgiram críticas ao caráter episódico dos assistencialismos prestados às populações, sendo considerado superficial. Em resposta criaram-se, em parceria com as universidades, núcleos avançados de educação. A UFSM foi vanguarda nesse sentido, com a criação do campus avançado de Boa Vista, em Roraima, para onde estudantes eram enviados a cada 30 dias, com o objetivo de realizar estágio e manter ativo o funcionamento do local. A ideia deu certo e em 1977 o número de campi avançados já chegava a 22. O Projeto Rondon foi encerrado em 1989, no entanto atendeu as expectativas dos militares ao atingir e mobilizar um contingente tão grande de estudantes.

¹⁸¹ Arquivo do DCE UFSM. Jornal Correio da Manhã, 3 de agosto de 1968.

¹⁸² MOTTA, 2014, p. 93

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados 50 anos do golpe de 1964 e 30 anos da Lei de Anistia as pesquisas no Brasil pouco se voltaram para a participação civil nesse processo, mais precisamente o apoio civil organizado. Este trabalho teve como enfoque a atuação do Diretório Central dos Estudantes da UFSM, que foi fundado em 1963 sob o nome de Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM) e sempre teve atuação política destacada na cidade.

É fundamental conhecer a história do local onde se vive, como modo de formação e fortalecimento da identidade da sociedade que ali se organiza. Para além disso, é preciso conhecer o passado para que traumas coletivos possam ser trabalhados e superados também de forma coletiva. No Brasil a ditadura civil militar deixou marcas profundas, e em muitos locais, como Santa Maria, o tema ainda é tratado com certa dificuldade. A pesquisa aqui apresentada pretendeu expor o caso de uma entidade estudantil daquele momento, que também foi atingida pelas diversas leis e políticas aplicadas a esse tipo de entidade, e que até o momento tem apenas uma pequena parte da sua história devidamente esclarecida.

Para garantir o direito ao acesso à informação, bem como à verdade e à memória, é essencial que os arquivos institucionais sejam devidamente preservados e tratados. Este trabalho buscou o entendimento de que o arquivista é um profissional fundamental para a garantia da democracia, através do direito ao acesso à informação, à memória e à verdade. Todos esses direitos só podem ser garantidos a partir de uma política efetiva de preservação de documentos, independente da forma ou do suporte dos mesmos. A memória é construída a partir dos documentos que são preservados, assim sendo o trabalho de avaliação documental é essencial, e deve levar em consideração que a UFSM é uma instituição pública de educação, e que a forma como sua memória será trabalhada interfere na formação da identidade de todos e todas que de alguma forma interagem nesse espaço. O arquivo é um espaço de construção de conhecimento, de memória coletiva, de compreensão histórica e de guarda de informações de todas as épocas.

A universidade é o espaço de construção do conhecimento da sociedade, sendo assim é preciso destacar que sua memória deve ser preservada, sob risco de perder a memória da educação e produção acadêmica nacional, caso não haja esse cuidado. Quando se fala especificamente da memória da Ditadura Civil Militar a universidade merece atenção frente a preservação de documentos, uma vez que estes comprovam violações de Direitos Humanos,

que se tornaram comuns nas universidades brasileiras nos anos 1960. Tais documentos devem ser tratados e disponibilizados para acesso, de forma que estudantes, docentes e técnicos administrativos possam conhecer o passado recente do local em que se relacionam e produzem pesquisas e extensão, de forma que possam criar o vínculo da identidade, a partir do reconhecimento dos erros cometidos e sua devida reparação.

Neste momento a UFSM convoca novamente a comunidade universitária a discutir seu estatuto, propondo mudanças profundas na estrutura e no modelo de ensino reproduzido. É de fundamental importância que o maior número possível de pessoas se envolva no processo, de forma a garantir a legitimidade e, mais do que isso, tornar o espaço democrático e representativo. A última Estatuinte ocorreu em 1985, embalada pela abertura política, entretanto o sistema educacional e a estrutura administrativa que temos hoje são heranças diretas da ditadura civil militar e suas reformas.

Também inicia seus trabalhos na UFSM a Comissão da Verdade, constituída com o objetivo de resgatar a memória e esclarecer os fatos ocorridos durante a ditadura nesta universidade. Fica claro que as duas questões se entrelaçam, pois somente poderá se construir um futuro quando o passado é devidamente esclarecido, tratado e superado. Assim, este trabalho pretende contribuir nas discussões da Estatuinte e da Comissão da Verdade, se propondo a reconstruir uma pequena fração da história do período militar, mas que é fundamental para esclarecer os rumos tomados após a abertura política. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o fortalecimento da memória, da verdade e da democracia dentro da UFSM.

Para além de tudo isso, esta pesquisa espera ser precursora de muitas outras que podem ser desenvolvidas no acervo do Diretório Central dos Estudantes, analisando diferentes períodos da história política brasileira, sob a ótica daqueles que representam a comunidade universitária-estudantil. O movimento estudantil, especialmente nas figuras da USE e do DCE, sempre tiveram atuação destacada no cenário político santa-mariense, sendo assim é necessário que essa memória seja conhecida e difundida, visando a formação da identidade universitária entre os estudantes e uma maior proximidade entre os estudantes e a entidade.

O interesse último desta pesquisa é a luta por Direitos Humanos, entendendo como um direito básico de qualquer sociedade conhecer sua história, seus traumas e suas mazelas, de forma que tudo possa ser tratado e superado, e o futuro construído de maneira democrática. Que as informações aqui contidas possam ajudar a construir a identidade da comunidade acadêmica

da Universidade Federal de Santa Maria, estando esta ciente dos erros e acertos da sua história e do seu caminho, tendo a memória preservada e discutida.

“Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.”

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio M. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Ed. Gernasa, 1968.

BARROS, Dirlene S.; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Trans-in-formação**. Campinas, 21(1), p. 55-61, jan./abr., 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862009000100004&script=sci_arttext> Acesso em: 29 de abril de 2015.

BELLOTO, H. L. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Trans-in-formação**, 1(3), p. 15-28, set./dez., 1989. Disponível em <http://www.brapi.inf.br/_repositorio/2015/01/pdf_4f9df0168a_0022725.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2015.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

BOSO, A. K.; SOUZA, C. A. R.; CISNE, C.S.; CORADI, J. P. Importância do arquivo universitário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v. 12, p. 123-131, jan./jul., 2007. Disponível em <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/488/627>> Acesso em: 20 de maio de 2015.

BOTTINO, Mariza. Arquivos Universitários no Brasil. In **A Informação: questões e problemas**. Niterói: EDUFF, 1995.

BRASIL, Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. **Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm> Acesso em: 23 de maio de 2015.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In SILVA, Z. L. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, FAPESP, 1999.

CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.) **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CUNHA, Janaína D. **A reforma universitária de 1968 e o processo da reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira.** Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.

FACCHI, Alessandra. **Breve história dos Direitos Humanos.** São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

KONRAD, Diorge Alceno. Seqüelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul.** 1ª ed. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006, v. 1.

MOTTA, Rodrigo P. S. **As universidades e o regime militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.]. 5º Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, Mateus F.C. **A educação como arma da ordem e da resistência: movimento estudantil e ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul (1964-1968).** Trabalho de conclusão de graduação (Curso de História)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

_____. **Movimento estudantil e a ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968).** Dissertação de mestrado (História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

LIRA, Alexandre T. N. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar(1964-1985): um espaço de disputas.** Tese de doutorado (História Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

LOPEZ, André P. A. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras.** São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

ROUSSEAU, J.Y. ; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1998

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291 – 312, set/dez. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>> Consultado em 15 de maio de 2015.

OPHIR, Adi. Das ordens no arquivo. In SALOMON, Marlon (org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia: Ed. Ricochete, 2011.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

ANEXOS

Anexo A – Regimento eleitoral do DCE UFSM de 1966

DIRETORIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA-DONA
= REGIMENTO ELEITORAL =

CAPITULO I
DAS ELEIÇÕES

Art 1º - O presente Regimento Eleitoral regerá os trabalhos de preparação, organização, realização e apuração dos resultados das eleições para a escolha do Presidente e Vice-Presidente do Diretório Central de Estudantes da USM.

Art 2º - As eleições serão diretas e o voto secreto, obrigatório e universal na forma do presente Regimento e da lei 1.464 de 9 de novembro de 1964.

Art 3º - São eleitores todos os estudantes devidamente matriculados nos estabelecimentos de ensino superior de Santa Maria.

Art 4º - Os eleitores somente poderão votar nos estabelecimentos em que estiverem matriculados, ressalvados os fiscais, que poderão votar nas mesas que fiscalizarem.

Art 5º - As eleições realizar-se-ão na 2ª quinzena do mês de outubro, o dia a ser fixado pelo Executivo, simultaneamente, em todos os estabelecimentos de ensino superior da cidade.

Art 6º - O horário de votação deverá abranger todo o período de aulas e os locais de votação deverão ser dependências do estabelecimento a cujo corpo docente o DA representa.

Art. 7º - O horário não poderá ultrapassar, todavia, 24 horas.

CAPITULO II
DA MESA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º - Haverá, no mínimo, uma mesa eleitoral em cada um dos estabelecimentos, podendo ser constituídas outras, a critério do Presidente da entidade filiada.

Art 9º - Cada uma das mesas eleitorais será constituída de Presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário e um Representante do Corpo docente indicado pelo Diretor da Escola ou Faculdade.

Art 10 - Os membros da mesa eleitoral, salvo o representante do Corpo docente indicados, digo serão nomeados pelo Presidente do DA, e deverão obrigatoriamente, em sua totalidade, ser alunos matriculados nos estabelecimentos correspondente.

Art 11 - Os integrantes das mesas eleitorais além de suas intrínsecas atribuições terão as seguintes funções:

A - Compete ao Presidente: assinar as atas de abertura e encerramento das eleições, assinar as cédulas únicas e os demais documentos eleitorais, orientar os trabalhos e juntamente com o representante do Corpo docente resolver os casos omissos surgidos durante a votação.

B - Compete ao vice-presidente: auxiliar ao presidente e substituí-lo em seus impedimentos.

C - Compete ao 1º secretário: identificar os eleitores, apresentar-lhes a folha própria para as assinaturas, colocando, ao lado

legíveis o nome completo do votante, e assinarão, ao lado do nome do votante, na lista fornecida pela Secretaria do estabelecimento que o votante cumpriu seu direito de voto.

D - Compete ao 2º secretário: auxiliar o primeiro secretário e substituí-lo em seus impedimentos.

Art 12 - Compete ao representante do Corpo Docente: assinar as atas de abertura e de encerramento da votação; assinar as cédulas únicas; conferir a comprovação de que o aluno cumpriu com o direito de voto; assinar e lacrar a urna quando do encerramento das eleições.

CAPITULO III

COMISSÃO E MESA ELEITORAIS

Art 13 - Os trabalhos de preparação, organização, realização e apuração dos resultados das eleições serão coordenados e supervisionados por uma Comissão Eleitoral, escolhida pelo executivo, constituída de 5 membros, sendo 4 alunos e um membro do Corpo Docente.

§ 1º - A Comissão Eleitoral elegerá, entre seus membros um Presidente e um secretário.

§ 2º - Cada uma das chapas concorrentes poderá fazer-se representar por um universitário, nesta comissão com direito a voto somente no que tange à nomeação de Fiscais Gerais.

§ 3º - A comissão Eleitoral reunir-se-á quando julgar necessário, e manterá um registro próprio de atas e resoluções, que deverá ser assinado por todos os membros presentes a qualquer de suas reuniões.

Art 14 - a Comissão Eleitoral deliberará por maioria de votos, e estes serão sempre a descoberto, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

§ 1º - Se convocada a reunião, não comparecerem 3 de seus membros, os que tiverem comparecido deliberarão em nome da comissão.

Art 15 - a Comissão Eleitoral poderá constituir sub-comissões, com atribuições específicas.

Art 16 - A Comissão Eleitoral nomeará um Fiscal Geral e um fiscal para cada Mesa Eleitoral, e este fiscal, assim nomeado, não poderá pertencer ao estabelecimento fiscalizado.

Art 17 - Compete ao Fiscal Geral:

II - Distribuir o material eleitoral.

III - Coordenar os trabalhos da votação e de apuração dos resultados.

III - Recolher à Comissão Eleitoral todo o material de votação necessário para apuração que procedeu em sua respectiva Circunscrição Eleitoral.

IV - Presidir os trabalhos de apuração e comunicar o resultado oficial das eleições;

V - Trazer declaração escrita dos resultados das apurações assinada pelos integrantes da mesa escrutinadora e pelo representante do Corpo Docente.

VI - Deixar declaração escrita em poder das mesas eleitorais do material recolhido.

Art 18 - Compete aos Fiscos de Mesas: I - assistir a abertura, desenvolvimento e encerramento da votação bem como da apuração; II - registrar em ata as ocorrências que não lhe pareçam normais, para os devidos fins.

Art 19 - Cada candidato poderá fazer-se representar junto a cada uma das mesas eleitorais por um universitário devidamente credenciado por este.

Art 20 - Ficam estabelecidas, para os efeitos do presente Regimento total, 13 mesas eleitorais, a saber:

1ª	Mesa	DIREITO
2ª	"	ECONOMIA
3ª	"	BELAS ARTES
4ª	"	MEDICINA
5ª	"	ODONTOLOGIA
6ª	"	FARMÁCIA
7ª	"	ENFERMAGEM
8ª	"	TEOLOGIA
9ª	"	FILOSOFIA IMACULADA CONCEIÇÃO
10ª	"	FILOSOFIA DA USP
11ª	"	ENGENHARIA
12ª	"	AGRONOMIA
13ª	"	VETERINÁRIA

CAPITULO IV

MATERIAL PARA VOTAÇÃO E APURAÇÃO

Art 21 - A Comissão Eleitoral através do Executivo do DCEUSM dará e confeccionar todo o material necessário previsto no presente Regimento total.

Art 22 - Será adotado para as votações e para as apurações o seguinte material:

I - Fôlhas impressas para atas de abertura das eleições; II - Fôlhas para atas de encerramento das eleições; III - fôlhas para assinaturas dos votantes; IV - cédulas únicas fôlhas para as atas de apuração.

Art 23 - O material mencionado nos incisos do artigo anterior deverá ser impresso uniformemente e será assinado pelo Representante do Corpo Docente, pelo Presidente da Mesa Eleitoral, ou apuradora nos espaços especialmente indicados.

Art 24 - As cédulas únicas terão os seguintes dizeres: "Diretório Central de Estudantes" - Eleição para a Gestão 66/67 - Nomes dos candidatos e respectivos cargos.

Art 25 - Cada votante assinalará, dentro do quadro correspondente, na ata ou a lápis o seu voto.

CAPITULO V

DA APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art 27 - O requerimento de registro dos candidatos deverá conter o nome dos candidatos por inteiro, cargo que almeja, Escola ou Faculdade que cursam e a série.

§ único - O requerimento deverá ainda ser acompanhado de certidão passada pelo Diretor ou Secretário da Escola ou Faculdade respectivos dizendo não estar incurso nas proibições da lei 4464 de 9 de novembro de 1964.

Art 28 - O requerimento deverá ainda conter uma declaração por escrito do candidato no sentido da aceitação de seu nome e o cargo que pretende.

Art 29 - Imediatamente após o encerramento do prazo das inscrições a Comissão Eleitoral reunir-se-á para julgar se dentro das apresentadas alguma desrespeita o presente Regimento ou os dispositivos da lei 4464.

Art. 30 - Uma vez aprovados os registros compete a comissão eleitoral dar a máxima publicidade e divulgação, tanto na imprensa falada como escrita.

CAPITULO VI DA VOTAÇÃO

Art. 31 - A votação far-se-á no horário marcado e ninguém poderá votar sem que a Mesa esteja presidida, secretariada e fiscalizada na forma deste Regimento.

Art 32 - Em cada período de voto são serão lavradas atas próprias e adotadas as folhas de votação independentes.

Art 33 - No local haverá, obrigatoriamente, urna e qualquer tipo de cabine que seja indevassável.

Art 34 - A urna será examinada antes de ser iniciada a votação, fechada e lacrada no fim de cada período, e aberta na hora da apuração, com a presença dos Fiscais.

Art 35 - Não poderá o eleitor demorar-se mais do que dois minutos na cabine e nesta não poderá permanecer ninguém, senão o votante.

Art 26 - O eleitor apresentar-se-á à mesa eleitoral, munido de sua Carteira de Identidade Universitária, e o secretário verificará o nome do votante na lista fornecida pela Secretaria do estabelecimento e pelo Diretor ou secretário autenticada.

§ único: O eleitor que não possuir a carteira de identidade universitária poderá apresentar qualquer outro documento oficial de identidade com fotografia.

Art 27 - O eleitor após identificação receberá a cédula e rubando a cabine lá assinalará seu voto, dobrando a cédula.

§ único: O eleitor antes de colocar seu voto na urna dobrado e fechado mostra-lo-á ao presidente da Mesa, devendo assinar a lista de votantes.

Art 36 - Na sala onde houver, não poderá haver propaganda de nenhuma forma e sob qualquer que esta desenvolva.

CAPITULO VII DOS TRABALHOS DE APURAÇÃO

urnas com as devidas atas, depositar-se-ão no local de apuração.

§ 19 - Em ausência ou impedimento do Fiscal Geral o representante do Corpo Docente desempenhará aquelas funções.

§ 20 - A sede do DCEUSM será o local de apuração e a mesma terá início após a chegada da última urna a aquele local.

§ 30 - O Fiscal Geral nomeará juntas apuradoras, quantas julgar necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos de apuração.

Art 40 - Uma vez apurados os resultados totais o Fiscal Geral recolherá o material e entrega-lo-á à Comissão Eleitoral até 24 horas seguintes aos trabalhos de apuração haverm sido encerrados.

Art 41 - Diante dos resultados conferidos a Comissão Eleitoral proclamará os candidatos eleitos.

§ 21 - A posse dos eleitos dar-se-á após o decurso de prazo para recursos e impugnações que é de 48 horas.

Art 42 - Em caso de empate na apuração entre os candidatos concorrentes a comissão eleitoral providenciará novas eleições dentro de 10 dias.

Art 43 - Far-se-á eleições suplementares: I - nas mesas eleitorais anuladas por fraude ou outra grave irregularidade; II - Nas Mesas Eleitorais onde houver ocorrido diferença entre o número de votantes e o número de votos depositados na urna.

§ 19 - Só far-se-á eleição suplementar se o total dos votos possíveis puder influir no resultado da eleição.

§ 22 - Nas eleições suplementares somente poderão votar os que votaram nas últimas eleições gerais.

Art 44 - Qualquer recurso, quanto ao pleito, deverá ser dirigido à Comissão Eleitoral, até 48 horas após a publicação dos resultados e ser competente para apreciá-los própria Comissão Eleitoral, cabendo ao recurso ao Conselho de Representantes.

Art 45 - É competente para recorrer qualquer universitário santa-riense desde que tenha protestado por irregularidade, no momento da ocorrência.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art 46 - Todo e qualquer tipo de propaganda encerrar-se-á 48 horas antes das eleições.

Art 47 - Os casos omissos deste Regimento Eleitoral serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art 48 - O Presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação e revoga todos os demais anteriormente publicados.

SANTA MARLA, setembro de 1966

[Assinatura]

Anexo B – Secretaria de Imprensa do DCE UFSM, gestão 1971/72



Diretório Central dos Estudantes

Órgão de coordenação e congacamento dos estudantes U F S M.
Rua Prof. Braga, 79 (térreo) - Cx. Postal, 171 - SANTA MARIA - RS

G E S T Ã O - 1971/1972

S E C R E T A R I A D E I M P R E N S A

Geaça Silva

DCE, Pjo, CK19, Mo3, 1007

M-0

SEÇÃO V - Do Poder ExecutivoArt. 32 - Compete a cada Secretário:

- a) Cumprir o Programa Mínimo Administrativo proposto pelo Presidente através do Chefe do Secretariado;
- b) Elaborar e cumprir um plano de ação em sua secretaria;
- c) Relatar suas atividades para os fins da letra "k" do artigo 27.

Art. 38 - Compete ao Secretário de Imprensa:

- a) Dirigir e orientar a publicação do Boletim Oficial do DCE - UFSM;
- b) Coletar metódicamente tudo que fôr publicado a respeito da entidade.

Secretaria de Expediente, aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de 1972.

**Anexo C – IV Seminário Gaúcho de Reforma Universitária, Diretório
Estadual do Estudantes, 1971**

DCE, MO, 22
[Handwritten Signature]
DCE-JFN
29/5/77

Unidade

Afirmação

Novos Rumos

IVº SEMINARIO ESTADUAL
DE REFORMA UNIVERSITARIA



Índice

Índice	página 1
Apresentação	página 2
A Universidade de ontem e de hoje	página 3, 4
A Lei 5540 e o Decreto-Lei 228	página 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
A universidade como centro de ensino e pesquisa	página 12, 13
Projetos de participação comunitária, campus avançado e estágios	página 14, 15
O Decreto-Lei 477 e suas implicações	página 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24
Programa de bolsas de aperfeiçoamento, convênios internacionais e iniciativa privada comunitária na estrutura universitária	página 25, 26, 27, 28, 29
Vestibular unificado e curso básico	página 30, 31, 32

Referências e bibliografia

- Enciclopédia Delta Larrousse
 Enciclopédia Britânica
 Enciclopédia Barsa
 História do Brasil - Calmon
 Diários Oficiais citados no corpo do trabalho
 O Ensino Superior - Guido Ivan de Carvalho (obra básica)
 Caderno de Cultura - DCE-UFRGS 70/71
 Programa para as eleições departamentais - DCE-UFRGS
 Visão - coleções de 1967 a 1971
 Projeto Rondon Informativo - ano 1 nº 1 novembro de 1970
 Relatórios de participantes do Projeto Rondon veiculados pela impr. Correio do Povo
 Jornal da Semana inclua-se ZERO HORA, idem
 Fôlha da Tarde
 Diário de Notícias - notícias salientadas no corpo do trabalho
 Revista Veja - montagem da página 24
 Boletim CAPES - coleção de 1970 e números citados de 1971
 Catálogo de Bolsas de Estudo - CAPES
 Jornais do Diretório Estadual de Estudantes - O MINUANO
 Suplemento Rural do Correio do Povo - montagem/gráfico página 28
 Folheto Luta Armada
 Boletim IIEE - números citados
 Cadernos do MEC - 1968
 O problema da universidade - Editora Convívio
 Outros.

Realizado pela Secretaria de Imprensa do Diretório Estadual de Estudantes, gestão 70/71, para o IV Seminário Gaúcho de Reforma Universitária - Santo Ângelo, 28, 29 e 30 de maio de 1971. Promoção do Diretório Estadual de Estudantes em conjunto com os Diretórios Acadêmicos locais.

**Anexo D – Estudantes instalam hoje congresso em Passo Fundo, Jornal
Correio do Povo, 18 de julho de 1968**

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

JORNAL: CORREIO DO POVO

DATA: 18/7/1968

Estudantes instalam hoje congresso em Passo Fundo

A União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul, como contribuição à reforma da Universidade Brasileira, convocou para hoje até sábado, o III Seminário Gaúcho de Reforma Universitária, que será realizado em Passo Fundo, com a participação de diretórios acadêmicos de todo o Estado.

Durante os três dias de convivência, os universitários debaterão o temário seguinte: 1) Importância da reforma educacional no desenvolvimento brasileiro; 2) Organização da educação escolar nos diversos níveis; 3) Reforma Universitária: a) Estrutura da Universidade; b) Administração da Universidade (participação estudantil); c) Autonomia Financeira (fundações).

O presidente da UEE do Rio Grande do Sul, acadêmico Adalberto Pasquotto, enviou telegrama aos universitários José Carlos Bessa e Paulo Passas, os dois estudantes cariocas que participam do GT constituído no Ministério da Educação para elaborar a Reforma Universitária do País, convidando-os a comparecer em Passo Fundo, a fim de recolherem a opinião dos universitários do seu Estado sobre o assunto e levá-la à comissão.

PROGRAMA

E o seguinte o programa do encontro:

Hoje: 19h — Coquetel de inauguração do III Seminário Gaúcho de RU; 20h — Abertura dos trabalhos; palestra do reitor da Universidade de P. Fundo; eleição da mesa diretora dos trabalhos; discussão do Regimento Interno e composição das Comissões.

6.ª feira: 9h — Reunião de comissões; escolha dos coordenadores e relatores das Comis-

sões; 12h — Almoço; 14h — reunião das comissões — prosseguimento dos trabalhos; 19h — Jantar; 20h30min — Reunião dos Coordenadores e Relatores das Comissões, com a Comissão de Redação final.

Sábado: 9h — Reunião de Comissões — para colocar em votação nas mesmas o relatório final da comissão; 12h — Entrega dos relatórios finais, aprovados pelas comissões à comissão de redação final; almoço; 14h30min — sessão plenária — apresentação e discussão dos relatórios das comissões; reunião da comissão de redação final; 19h — Jantar; 20h30min — Sessão plenária para aprovação da redação final das conclusões do Seminário.

REFORMA DO ENSINO NA GUANABARA

RIO, 17 (C. P.) — Todas as unidades de ensino da Universidade Federal do Rio de Janeiro terão grupo de trabalho próprio, integrado de professores e estudantes, para a realização da reforma universitária, de acordo com a recomendação do Conselho Universitário da UFRJ.

A resolução prevê que os grupos deverão encerrar seus trabalhos até o dia 31 de agosto próximo. Cada um deles terá um coordenador designado pelo diretor do estabelecimento e a participação de um estudante de cada uma das séries dos diferentes cursos.

Anexo E – DCE e o Projeto Rondon, Jornal A Razão, 28 de abril de 1968.

UNIVERSIDADE E ENSINO

DCE-UFSM E O PROJETO RONDON

Realizou-se na data de ontem, a partir das 20,00 horas, na sede administrativa do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, uma reunião para tratar do assunto referente ao Projeto Rondon. Na reunião, que prolongou-se até altas horas da madrugada de hoje, estiveram presentes além dos representantes credenciados dos Diretórios Acadêmicos, os senhores Cel. Alexandre Amendola, Dr. Blaya, Prof. Ivo Muller e a acadêmica Vera Miorim. Na ocasião, além de importantes assuntos tratados, ficou escolhida a Comissão Coordenadora do Projeto Rondon na U. F. S. M., assim constituída:

Acadêmico Nelson Schwertner
 Acadêmico Elberto Kuplich
 Acadêmico Irineu Dotto
 Cel. Alexandre Amendola
 Dr. Eliseu Blaya
 Prof. Ivo Muller
 Acadêmica Vera Miorim

Na ocasião também foi acertada a vinda de integrantes do Projeto Rondon I, para um círculo de palestras sábado vindouro.

150 milhões de implementos agrícolas para a UFSM Ensino Municipal

O Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria do Ensino Agrícola, fez entrega à Universidade Federal de Santa Maria de uma gama de materiais destinados à expansão das Escolas Agrícolas que estão sob a égide da Universidade no seu grande plano de desenvolvimento em sua zona geo-econômica e geo-educacional.

CAMINHÕES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Foram entregues às Escolas Agrícolas dos municípios de Jaguari, General Vargas, Frederico Westphalen e Santa Maria, caminhões e implementos agrícolas destinados ao ensino técnico e aprimoramento das condições materiais das referidas escolas, assim discriminados: 2 caminhões; 3 tratores ISEKI com os respectivos implementos.

150 MILHÕES ANTIGOS

Os materiais enviados, incluindo os implementos, atingem às cifras de 150 milhões de cruzeiros antigos, cumprindo, destarte, a Diretoria do Ensino Agrícola, com esta primeira parcela enviada, com a promessa feita ao reitor Mariano da Rocha Filho, pelo Diretor daquele importante órgão do MEC, prof. Erb Voleida.